



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado Em Ciências Contábeis

Wallace Mascarenhas da Silva

Desempenho no Exame de Suficiência Contábil: uma análise dos candidatos aprovados e reprovados por estado

Brasília, DF
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Brito
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

WALACE MASCARENHAS DA SILVA

Desempenho no Exame de Suficiência Contábil: uma análise dos candidatos aprovados e reprovados por estado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.^a Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Linha de Pesquisa: Impacto da contabilidade na sociedade.

Área: Educação em contabilidade.

Brasília, DF
2017

DA SILVA, WALACE MASCARENHAS.

DA SILVA, Wallace Mascarenhas. Desempenho no Exame de Suficiência Contábil: uma análise dos candidatos aprovados e reprovados por estado. 2017. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Orientadora: Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira.
Monografia (Graduação – Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, 2017, 66 p.

1. Exame de Suficiência Contábil 2. Ensino Contábil no Brasil 3. Conselho Federal de Contabilidade 4. Graduação Contabilidade

WALACE MASCARENHAS DA SILVA

Desempenho no Exame de Suficiência Contábil: uma análise dos candidatos aprovados e reprovados por estado.

Comissão Avaliadora:

Prof.^a Dr. Eduardo Tadeu Vieira
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dra. Beatriz Fátima Morgan
Universidade de Brasília - UnB

Brasília - DF
2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus, pelas oportunidades concedidas na minha vida, e agradecer a minha família, pelo suporte e dedicação aos longos dos anos de estudo que tive. Em especial, aos meus pais, Zanata e Marília, que nunca deixaram faltar nada em minha vida, e sempre priorizaram meu estudo, visando um futuro melhor para mim.

A minha tia Marta e a minha avó Beatriz, por toda assistência ao decorrer do tempo, me motivando mais ainda a superar cada obstáculo do cotidiano.

A todos meus professores, ao longo da jornada estudantil, que são nossos pilares para melhorar o futuro da sociedade que a gente tanto anseia. Em especial, ao Eduardo, meu orientador, e a Beatriz, que me auxiliou de diversas formas neste trabalho.

Por último, porém não menos importante, um grande “obrigado” aos amigos e funcionários da UnB, que nos permitem realizar sonhos e projetos, através de sua dedicação e trabalho.

“Aquele que não luta pelo futuro que quer, deve aceitar o futuro que vier. ”
(Hudson Menezes)

RESUMO

O exame de suficiência contábil é uma ferramenta de controle da sociedade, no qual se exige mais dos profissionais graduados em contabilidade, para proporcionar ao mercado de trabalho um mínimo de conhecimento necessário para atuar na área, trazendo uma qualificação e confiabilidade para a classe. Este trabalho busca desenvolver uma metodologia para análise de desempenho dos alunos de graduação em contabilidade do país, com base no exame de suficiência do CFC (Conselho Federal de Contabilidade). Foi disponibilizado a distribuição dos aprovados do primeiro exame de suficiência de 2017, através de solicitação de informação via CFC, permitindo realizar uma comparação descritiva entre os desempenhos dos estados, regiões, matérias, e também possíveis discrepâncias nos resultados obtidos.

Os resultados mostram que os estados do Sul e do Sudeste possuem, de forma geral, um melhor desempenho no ESC, por terem uma maior distribuição dos aprovados. Enquanto esses estados têm candidatos que pontuam desde a nota mínima até uma nota acima de 40, há uma menor concentração de aprovados acima da nota de corte. Enquanto que nos estados do Norte e do Nordeste há uma maior quantidade de alunos que pontuam até 30, fazendo com que haja uma maior concentração de alunos que próximos da reprovação. E isso afeta diretamente no índice de aprovação, visto que qualquer variação negativa de aprovação, afeta mais os estados do norte e nordeste. Já o centro-oeste fica no meio termo, não possui um desempenho tão bom quanto os do sul e sudeste do país, porém não corre um risco tão alto quanto o norte e nordeste.

Palavras chave: Exame de Suficiência Contábil. Ensino Contábil no Brasil. Conselho Federal de Contabilidade. Graduação em Contabilidade.

ABSTRACT

The accounting sufficiency test is a tool for controlling society, in which more professionals are required to graduate in accounting, to provide the labor market with a minimum of knowledge necessary to act in the area, bringing a qualification and reliability to the class. With a theme of such importance now, this work seeks to develop a methodology for analyzing the performance of undergraduate students in accounting in the country, based on the sufficiency examination of the CFC (Conselho Federal de Contabilidade). As the distribution of the approved of the first 2017 sufficiency exam was made available through request of information through CFC, this data allows making a descriptive comparison between the states' performance, regions, materials, and possible discrepancies in the results obtained.

The results show that the southern and southeastern states generally have a better performance in the ESC because they have a greater distribution of approved ones. While these states have candidates who score from the minimum grade to a grade above 40, there is a lower concentration of approved above the grade. While in the northern and northeastern states there are a greater number of students who score up to 30, causing there to be a greater concentration of students who compliment the reproach. In addition, this directly affects the approval rating, since any negative variation in approval affects the northern and northeastern states more. The center-west is in the middle, it does not perform as well as the south and southeast of the country, but it is not as risky as the north and northeast.

Keywords: 1. Examination of Accounting Sufficiency 2. Accounting Education in Brazil 3. Federal Counsel of Accounting 4. Graduation in Accounting

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de matrículas realizadas em 2016.	13
Tabela 2 - Quantidade de inscritos em 2016	14
Tabela 3 - Quadro estatístico de notificações e autuações procedidas pelos CRC's no Brasil.	17
Tabela 4 - Autores, seus objetivos e resultados de trabalhos anteriores sobre o ESC.....	19
Tabela 5 - Composição do exame 1/2011.	23
Tabela 6 - Composição do exame 1/2017.	23
Tabela 7 - Matérias do ESC, quantidade de questões, porcentagem de acerto, e sua contribuição para a média do resultado final do exame.	28
Tabela 8 - Ordem decrescente do percentual de acerto por matéria, do primeiro exame de 2017.	29
Tabela 9 - Quadro nacional dos aprovados no ESC, separado pela pontuação e porcentagem de cada pontuação obtida.....	57
Tabela 10 - Ordem decrescente dá média geral de aprovação por estado.....	58
Tabela 11 - Comparação entre os índices de aprovação do primeiro exame de 2017 e a média geral do estado, e a variação em relação as duas.....	59
Tabela 12 - Descrição das notas dos candidatos aprovados, por grupo, de cada estado e do Brasil.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de inscritos, presentes e aprovados nos últimos exames.....	24
Gráfico 2 - Número absoluto de inscritos, presentes e aprovados nos últimos treze exames.	25
Gráfico 3 - Composição do grupo de aprovados do Acre, por notas.....	30
Gráfico 4 - Composição do grupo de aprovados de Alagoas, por notas.	31
Gráfico 5 - Composição do grupo de aprovados do Amapá, por notas.....	32
Gráfico 6 - Composição do grupo de aprovados do Amazonas, por notas.	33
Gráfico 7 - Composição do grupo de aprovados da Bahia, por notas.	34
Gráfico 8 - Composição do grupo de aprovados do Ceará, por notas.	35
Gráfico 9 - Composição do grupo de aprovados do Distrito Federal, por notas.	36
Gráfico 10 - Composição do grupo de aprovados do Espírito Santo, por notas.....	37
Gráfico 11 - Composição do grupo de aprovados do Goiás, por notas.	38
Gráfico 12 - Composição do grupo de aprovados do Maranhão, por notas.	39
Gráfico 13 - Composição do grupo de aprovados do Mato Grosso, por notas.....	40
Gráfico 14 - Composição do grupo de aprovados do Mato Grosso do Sul, por notas.	41
Gráfico 15 - Composição do grupo de aprovados do Minas Gerais, por notas.....	42
Gráfico 16 - Composição do grupo de aprovados do Pará, por notas.	43
Gráfico 17 - Composição do grupo de aprovados da Paraíba, por notas.....	44
Gráfico 18 - Composição do grupo de aprovados do Paraná, por notas.	45
Gráfico 19 - Composição do grupo de aprovados de Pernambuco, por notas.....	46
Gráfico 20 - Composição do grupo de aprovados do Piauí, por notas.	47
Gráfico 21 - Composição do grupo de aprovados do Rio de Janeiro, por notas.	48
Gráfico 22 - Composição do grupo de aprovados do Rio Grande do Norte, por notas.....	49
Gráfico 23 - Composição do grupo de aprovados do Rio Grande do Sul, por notas.	50
Gráfico 24 - Composição do grupo de aprovados de Rondônia, por notas.	51
Gráfico 25 - Composição do grupo de aprovados de Roraima, por notas.....	52
Gráfico 26 - Composição do grupo de aprovados de Santa Catarina, por notas.	53
Gráfico 27 - Composição do grupo de aprovados de São Paulo, por notas.	54
Gráfico 28 - Composição do grupo de aprovados de Sergipe, por notas.	55
Gráfico 29 - Composição do grupo de aprovados de Tocantins, por notas.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

ESC – Exame de Suficiência Contábil

IES – Instituição de Ensino Superior

UF – Unidade Federativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	16
1.2.2 <i>Objetivo específico</i>	16
1.3 RELEVÂNCIA	16
1.4 ESTRUTURA	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 ENSINO CONTÁBIL E SUA PRÁTICA NO BRASIL	20
2.2 DESEMPENHO NO EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL	22
3 METODOLOGIA	26
4 RESULTADOS E ANÁLISES	28
4.1 ANÁLISE POR MATÉRIA	28
4.2 ANÁLISE POR ESTADO (UF)	30
4.2.1 <i>Acre (AC)</i>	30
4.2.2 <i>Alagoas (AL)</i>	31
4.2.3 <i>Amapá (AP)</i>	32
4.2.4 <i>Amazonas (AM)</i>	33
4.2.5 <i>Bahia (BA)</i>	34
4.2.6 <i>Ceará (CE)</i>	35
4.2.7 <i>Distrito Federal (DF)</i>	36
4.2.8 <i>Espírito Santo (ES)</i>	37
4.2.9 <i>Goiás (GO)</i>	38
4.2.10 <i>Maranhão (MA)</i>	39
4.2.11 <i>Mato Grosso (MT)</i>	40
4.2.12 <i>Mato Grosso do Sul (MS)</i>	41
4.2.13 <i>Minas Gerais (MG)</i>	42
4.2.14 <i>Pará (PA)</i>	43
4.2.15 <i>Paraíba (PB)</i>	44
4.2.16 <i>Paraná (PR)</i>	45
4.2.17 <i>Pernambuco (PE)</i>	46
4.2.18 <i>Piauí (PI)</i>	47
4.2.19 <i>Rio de Janeiro (RJ)</i>	48
4.2.20 <i>Rio Grande do Norte (RN)</i>	49
4.2.21 <i>Rio Grande do Sul (RS)</i>	50
4.2.22 <i>Rondônia (RO)</i>	51
4.2.23 <i>Roraima (RR)</i>	52
4.2.24 <i>Santa Catarina (SC)</i>	53
4.2.25 <i>São Paulo (SP)</i>	54
4.2.26 <i>Sergipe (SE)</i>	55
4.2.27 <i>Tocantins (TO)</i>	56
4.2.28 <i>Brasil</i>	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Com o crescente aumento de Instituições de Ensinos Superiores (IES) no mercado que oferecem o curso de Ciências Contábeis, que em 2004 haviam 963 cursos de contabilidade no país, já em 2016, o número aumentou para 1.306 cursos. Significa um crescimento de 35,61% em apenas 12 anos, mais de um terço de diferença em um curto período. A quantidade elevada de fluxo de ingresso e formação da graduação também fazem com que os usuários dos serviços e o próprio órgão regulador questionem a qualidade destes profissionais formado pelas inúmeras instituições.

Tabela 1 - Quantidade de matrículas realizadas em 2016.

CURSO	MATRÍCULAS
DIREITO	862.324
ADMINISTRAÇÃO	710.984
PEDAGOGIA	679.286
ENGENHARIA CIVIL	360.445
CONTABILIDADE	355.425
ENFERMAGEM	273.444
MEDICINA	136.004

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo de Educação Superior – INEP edição 2016.

De acordo com os dados do INEP de 2016 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na tabela 1, o curso de contabilidade é o quinto com mais matrículas do país, com 355.425 matrículas apenas no ano de 2016, ficando atrás apenas de Direito, Administração, Pedagogia e Engenharia Civil, enumerados pela ordem decrescente de matriculados no ano. Na seleção de vagas, são ofertadas 314.333 oportunidades, com uma demanda de 441.459 inscritos. Novamente, o curso de ciências contábeis figura entre os primeiros colocados, na procura de cursos superiores. Ele é o sétimo curso mais procurado do país. Além desses cursos anteriormente citados, os cursos de enfermagem e medicina acumulam um maior número de inscritos.

Tabela 2 - Quantidade de inscritos em 2016

CURSO	INSCRITOS
DIREITO	1.204.636
ADMINISTRAÇÃO	1.196.823
MEDICINA	1.057.504
PEDAGOGIA	825.408
ENFERMAGEM	545.795
ENGENHARIA CIVIL	518.608
CONTABILIDADE	441.459

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo de Educação Superior – INEP edição 2016.

Na tabela 2, é possível observar a quantidade de pessoas inscritas para concorrer a uma vaga no curso superior de determinada área. Seria a demanda nacional, a procura pelos cursos. E o curso de contabilidade está em sétimo lugar, como um dos cursos mais almejados pelas estudantes que procuram uma graduação.

Seria necessário algum medidor de conhecimento mínimo, que exija uma certa qualidade do profissional que engajará no mercado de trabalho. O CFC, como órgão regulador, teria que dar uma garantia de que o recém graduado tivesse adquirido conhecimento suficiente para atuar na sua área.

Os exames de avaliação e qualificação se difundem ao redor do mundo como ferramentas importantes na avaliação das capacidades destes profissionais. No Brasil, com o propósito de garantir à sociedade brasileira profissionais com os conhecimentos básicos imprescindíveis para atuarem no campo das Ciências Contábeis e entendendo que a fiscalização mais eficaz é a preventiva, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu em 1999, por meio da Resolução CFC nº 853/99, o exame de suficiência em Contabilidade, uma prova em que todos os formandos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de técnico em Contabilidade precisariam se submeter para comprovar um nível médio de conhecimento para o exercício da profissão.

Um dos principais exemplos para o Brasil adotar o exame de suficiência contábil, foram os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, existe o CPA (Certified Public Accountant), que é o título estatutário de contadores qualificados nos Estados Unidos que foram aprovados no

Uniform Certified Public Accountant Examination e cumpriram com requerimentos adicionais de formação acadêmica e experiência para a certificação como CPA. Indivíduos que foram aprovados no Exame, mas não possuem a experiência prática ou possuem experiência, mas não deram continuidade a sua educação profissional, podem, em muitos estados, obter a designação de “CPA Inativo” ou termo equivalente.

No Brasil, a aplicação foi realizada apenas entre os anos de 2000 a 2004, sendo suspenso em 2005. Essa suspensão ocorreu devido ao fato da quebra do Princípio Constitucional do Livre Exercício Profissional, pelo qual, conforme o inciso XIII do Art. 5 da Constituição Federal, afirma: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Como a instituição do exame do CFC não se deu mediante lei específica, mas apenas através de resoluções do próprio conselho e outros atos normativos, entendeu-se que a sua obrigatoriedade era, dessa forma, inconstitucional. Só em 2010 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.249 /2010, que institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil. . A partir desta Lei e a Resolução CFC nº 1.301/2010, o exame de suficiência contábil foi amparado por lei, prevendo aplicação semestral e aprovação constituída pelo acerto mínimo de 50% das questões.

Cabe ressaltar que o exame de suficiência é uma prova realizada por conselhos de classe de algumas profissões para auferir capacidade de realização de função após realização de um curso de graduação. No curso de ciências contábeis, estes exames são realizados semestralmente. Atualmente existem apenas duas profissões que adotam exame de suficiência: Direito e Contabilidade.

O ESC já foi realizado em 23 oportunidades, sendo 10 em sua primeira fase, 2000 – 2004, e mais 13 edições, desde que foi amparado pela lei específica, 2011 – 2017. Dados do CFC (2007) sobre os resultados das 10 primeiras edições do exame (2000 a 2004) indicam um acerto médio de 50,50% das questões da prova, com um total de 150.314 candidatos. Durante esse segundo período de avaliação, o acerto médio das questões caiu para 22,38%. Já a taxa média de aprovação desde 2011, é de 36,77%, com um total de 486.387 candidatos inscritos, e 159.316 aprovados.

Considerando que as transformações da Ciência Contábil têm exigido profissionais cada vez mais capacitados para atender as novas prerrogativas da profissão, o ESC se enquadra como um instrumento que possibilita aferir a capacitação dos bacharéis que estão prestes a exercer as funções da profissão. Os resultados apresentaram um decréscimo significativo nos níveis de

aprovação no exame do CFC, passando de 83,52% na sua primeira edição em 2000, chegando até 14,68% de aprovação no segundo exame de 2015, o pior resultado registrado até então. As ferramentas de avaliação têm por objetivo proporcionar uma diretriz de qualificação para os profissionais de determinada área. Conforme afirma Dias Sobrinho (2002, 2003), os instrumentos de avaliação já faziam parte da rotina de seleção para funcionários públicos tanto no antigo império da China, há mais de dois mil anos. Enquanto, na Grécia Antiga, a seleção era voltada para um exame das aptidões morais dos candidatos. Atualmente, reconhece-se que a importância do processo de avaliação aponta para a eficácia do processo de aprendizagem, faz com que, por meio da avaliação, possam-se reunir informações quanto às diversas habilidades do indivíduo.

Desde sua obrigatoriedade, os principais resultados apresentam que o índice médio de aprovação nos ESC está abaixo do considerado ideal, pois tal índice no país corresponde a algo em torno de 36%.

Com base nos dados apontados e no contexto exposto, destaca-se o seguinte ponto: Qual a quantidade de aprovados e reprovados no exame de suficiência contábil? Há alguma diferença no índice de aprovação nos estados ou nos exames? Como é a composição do grupo dos aprovados?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é comparar e analisar os dados dos aprovados no primeiro exame de suficiência de 2017, destacando a quantidade de candidatos e a sua determinada pontuação, por estados. Assim, podendo saber como é distribuída a composição dos aprovados, em relação as suas notas.

1.2.2 Objetivo específico

Fazer uma análise sobre as discrepâncias as notas dos aprovados entres os estados.

1.3 Relevância

Este trabalho se baseia no conhecimento do desempenho dos alunos no exame de suficiência contábil. A importância de se saber a frequência das notas dos aprovados no exame é de suma importância, visto que uma vez que o grupo de maior número de aprovados se

concentra na nota mínima exigida, qualquer variação negativa no exame, implicaria em grande aumento de reprovados.

Outro ponto a ser abordado é a obrigatoriedade do exame de suficiência contábil para os graduados em ciências contábeis, necessário para obterem seu devido registro no conselho de classe profissional. Essa imposição parte do CFC, como órgão regulador e fiscalizador dos profissionais de sua área. Com o aumento da oferta do curso no país nos últimos anos, era imprescindível ter alguma ferramenta de controle, para manter a qualidade dos profissionais em atuação no mercado. Sabe-se que quantidade geralmente se confronta com qualidade. O órgão regulador não poderia permitir que um número tão crescente de cursos e graduandos ficassem sem fiscalização, e o exame também funciona como prevenção, para evitar a queda na qualidade dos profissionais atuantes na área, futuramente.

Tabela 3 - Quadro estatístico de notificações e autuações procedidas pelos CRC's no Brasil.

ANO	NOTIFICAÇÕES	AUTOS
1996	16.080	33.929
1997	19.520	19.526
1998	22.033	21.845
1999	19.985	20.215
2000	17.173	16.710
2001	20.122	13.930
2002	18.989	15.208
2003	18.002	13.018
2004	20.391	12.340
2005	29.167	9.121
2006	11.275	9.676

Fonte: Caderno Analítico do Exame de Suficiência: Histórico dos Resultados.

Um exemplo comprovado disso é a quantidade de autos e notificações aplicadas pelo CFC à sua classe de profissionais, na tabela 3. A partir da primeira fase de exame, que começou em 2000, o número de notificações se manteve estabilizado, e já no primeiro ano posterior ao término do último exame aplicado naquele período, houve um aumento considerável de notificações, um aumento em torno de 40%. Já a quantidade de autos caíram algo em torno de 25%, mesmo com o número de contadores aumentando. Neste caso, os números comprovam que a fiscalização funcionou como um fator preventivo do órgão.

1.4 Estrutura

O presente trabalho está estruturado em seções: A primeira, introdução, foi exposto o tema da pesquisa, destacados os problemas, objetivos e relevância do estudo. A segunda é a base para a pesquisa, na qual foi relatada o referencial teórico. No terceiro tópico é detalhado o processo da pesquisa, ou seja, a metodologia. No quarto ponto está descrita a análise dos dados coletados. A quinta e última seção estão às considerações finais da pesquisa referente aos resultados alcançados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tabela 4 - Autores, seus objetivos e resultados de trabalhos anteriores sobre o ESC.

AUTOR	OBJETIVOS	RESULTADOS
VÍTOR ALEIXO DUTRA BORGES, 2015.	Analisar se há incoerência nos conteúdos lecionados nas IES, a partir de sua, comparado com a grade do MEC/CFC.	As IES seguem o padrão exigido, porém há algumas disciplinas que são ministradas com nomes diferentes.
CLAUDIO DE SOUZA MIRANDA	Pesquisar a percepção dos docentes e profissionais sobre o ESC.	De maneira geral, há aprovação. Mas há diversas indicações de alterações. Ex: uso de revalidação e reformulação de conteúdo.
KÉLIM BERNARDES SPRENGER	Buscar quais fatores melhor explicam o índice médio de aprovação no ESC, por UF.	Diferentes resultados por estado, com correlação entre fatores educacionais e socioeconômicos.
CLEBER BROIETTI	Buscar trabalhos feitos na area do ESC, entre 1998 e 2012.	Foram buscados 30 periódicos, dentre estes, apenas 9 continham publicações acerca do tema. No total, 15 artigos publicados sobre o ESC.
MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM, 2014.	Analisar o desempenho dos candidatos do ESC, entre os períodos de 2000 a 2004 e 2011 a 2012, por país, região e UF.	Foi observado um decréscimo de aprovação entre as duas etapas. Na primeira, de 83,52% de aprovação, e na segunda, 23,78%.
MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM, 2014.	Analisar as particularidades de cada região, em relação ao ESC.	Um enfoque nas matérias, que caíram de resultado, em especial, direito e matemática financeira.

Fonte: Elaboração do autor com base nas pesquisas anteriormente feitas na area do exame de suficiência contábil.

O referencial teórico foi baseado em seis trabalhos desenvolvidos na área de pesquisa correlata. Segundo Vítor Aleixo, as IES do DF seguem o padrão exigido de ensino de acordo com a base do MEC, porém há algumas disciplinas que são ministradas com nomes diferentes, em relação as do MEC. Claudio de Souza pesquisou a percepção dos discentes, docentes e os profissionais atuantes no mercado a respeito do exame de suficiência contábil, se havia aprovação ou não da idéia, e possíveis sugestões e críticas em relação ao método de aplicação da prova. E foi constatado que há uma aprovação geral a respeito da utilização do exame, apesar de que não é unanimidade entre os entrevistados. A crítica mais abordada foi a de revalidação do exame, que deveria ser feita a cada período determinado, seja 5 ou 10 anos, seguindo o exemplo americano, e uma possível reformulação do conteúdo aplicado. Segundo Kélim

Bernardes, quando se compara os resultados do ESC, é possível analisar resultados discrepantes entre si, comparando uma região com a outra, ou até mesmo os estados. Isso existe porque há correlação entre fatores educacionais e socioeconômicos que influenciam no resultado final do exame, e ele descreve quais fatores melhor explicam o índice médio de aprovação no ESC, e por UF. Segundo a pesquisa de Cleber Broietti, dentre trabalhos feitos na área do ESC, entre 1998 e 2012, haviam 15 artigos publicados sobre o tema. Entre 30 periódicos que foram buscados com o tema do exame de suficiência, apenas 9 continham publicações acerca da prova. Maria Clara Bugarim é a pesquisadora mais assídua do tema, e portanto foram utilizadas duas pesquisas de sua autoria para elaboração e desenvolvimento do trabalho. Duas análises feitas a respeito do exame, uma análise é sobre o desempenho dos candidatos do ESC, entre os períodos de 2000 a 2004 e 2011 a 2012, por país, região e UF. E foi observado um decréscimo de aprovação entre as duas etapas. Na primeira, houve um índice de 83,52% de aprovação, e na segunda, 23,78%, no último exame analisado, do segundo semestre de 2012. A outra pesquisa era analisar as particularidades de cada região, em relação ao ESC. Um enfoque nas matérias, que caíram de resultado, em especial, direito e matemática financeira, que foram as que apresentaram o pior desempenho em relação as demais matérias.

2.1 Ensino Contábil e sua prática no Brasil

No Brasil, a contabilidade foi usada mais formalmente no período colonial, com a chegada da família real. Como consequência do desenvolvimento social que ocorria na época, havendo uma necessidade maior de controle das contas públicas e particulares. Assim, foi constituído a Real Junta de Comércio, juntamente com o Banco do Brasil, introduzindo o método das partidas dobradas na colônia, onde Gaspar Lamego se deu como primeiro contador geral das terras do Brasil, nomeado por Portugal.

Em 1809, o ensino de contabilidade no Brasil foi realmente iniciado, por meio de “aulas práticas de comércio” e a realização de estudos sobre Economia Política. Em 1846, foi legalizado o regulamento das “aulas de comércio”, através do decreto 456 (PELEIAS, DA SILVA, SEGRETI, CHIROTTO: 2007). Em 1850 houve a criação do Código Comercial Brasileiro, determinando ordens para a escrituração e os registros contábeis.

Em 1863, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que posteriormente tornou-se Academia de Comércio do Rio de Janeiro, passou a oferecer o curso de “escrituração mercantil”, voltado ao exercício da profissão contábil (PELEIAS, DA SILVA, SEGRETI,

CHIROTTO: 2007). Outro fato importante ocorreu em 1869 quando foi criada a Associação dos Guarda Livros da Corte, onde se constituiu o guarda-livros como uma das primeiras profissões liberais do Brasil, sendo reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475. Porém o maior destaque referente a profissão aconteceu em 1902, com a fundação da Escola Prática de Comércio, depois denominada Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que se tornou uma referência no ensino comercial, juntamente com a Academia de Comércio do Rio de Janeiro (PELEIAS, DA SILVA, SEGRETI, CHIROTTO: 2007).

A regulamentação da contabilidade no Brasil, ocorreu em 1946, através do Decreto Lei 9.295 de 1946, a criação dos conselhos federais, que tinham como finalidade fiscalizar e reger a profissão. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pela Resolução CFC nº 960/03, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O Conselho é composto por um representante de cada unidade federativa do país, composto, portanto por 27 conselheiros efetivos.

Havia então, uma definição do perfil dos contabilistas, onde contadores eram os graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis, os técnicos de Contabilidade eram os de nível médio das escolas comerciais e os guarda-livros não tinham escolaridade formal, exerciam atividades de escrituração mercantil. Foram então estabelecidas as Normas Brasileiras de Contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade, divididas em normas em Técnica NBC - T e Profissionais NBC – P, onde princípios contábeis foram descritos (PELEIAS, DA SILVA, SEGRETI, CHIROTTO: 2007).

Em 1976 houve a criação da Comissão de Valores Mobiliários através da Lei 6.385 de 1976 com o intuito de regulamentar e fiscalizar as companhias abertas, protegendo os acionistas. Com a Lei, também se fiscalizava as irregularidades praticadas pelos contadores, aplicando-se punições como advertências, multas, suspensões ou até mesmo a incapacitação do profissional para exercício do cargo ou anulação de seu registro. O Brasil foi fortemente influenciado pelos Estados Unidos e no ano de 1976 foi criada a Lei 6.404 com o objetivo de normatizar os princípios contábeis no país e disciplinar as companhias abertas (SÁ, 2009).

Foi promulgada, em 2001, a Lei nº 10.303, que altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.385/76 e na Lei nº 6.404/76, visando, principalmente, assegurar certos direitos dos acionistas e atrair investimentos no mercado de capitais. Com a finalidade de modernizar e harmonizar as disposições da lei societária brasileira com as melhores práticas internacionais,

no último dia útil de 2007, 28 de dezembro, foi publicada a Lei nº 11.638, que reformulou a parte contábil da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) visando atender à necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis, em virtude da realidade econômica do Brasil e do mundo, com suas economias globalizadas e mercados abertos aos fluxos de capitais estrangeiros.

Após esse avanço ocorrido na Lei societária brasileira, tornava-se imprescindível também uma atualização na Lei de regência da profissão contábil, a qual já datava mais de 64 anos e necessitava modernizar suas regras e assegurar mais qualificação aos profissionais contábeis. Assim, no dia 11 de junho de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.249 que dentre outras coisas, alterou diversos dispositivos constantes do Decreto-Lei nº 9.295/46, regulador da profissão contábil.

2.2 Desempenho no exame de suficiência contábil

Dados do CFC (2007) sobre os resultados das 10 primeiras edições do exame (2000 a 2004) indicam um acerto médio de 50,5% das questões da prova. Porém há diferenças do nível de acertos em função do conteúdo, as piores taxas de acertos nos conteúdos específicos de contabilidade foram em Ética e Legislação Profissional com acerto médio de 32,9% e Contabilidade de Custos com 34,6%. Os conteúdos correlatos como estatística, a taxa média de acerto é ainda menor sendo de 30,6%. Os conteúdos com maiores taxas de acerto foram Contabilidade Pública (57,7%), Princípios e Normas (54,9%) e Perícia Contábil (50,1%).

De acordo com os editais, a prova consta os seguintes conteúdos: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Noções de Direito Público e Privado, Matemática Financeira, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Língua Portuguesa.

Tabela 5 - Composição do exame 1/2011.

Auditoria Contábil	3	6,00%
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	2	4,00%
Contabilidade de Custos	7	14,00%
Contabilidade Geral	12	24,00%
Contabilidade Gerencial	5	10,00%
Controladoria	2	4,00%
Legislação e Ética Profissional	3	6,00%
Língua Portuguesa	3	6,00%
Matemática Financeira e Estatística	2	4,00%
Noções de Direito	3	6,00%
Perícia Contábil	2	4,00%
Princípios e Normas	3	6,00%
Teoria da contabilidade	3	6,00%
TOTAL	50	100,00%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC.

Na segunda etapa do exame, que começou no primeiro semestre de 2011, havia uma composição de matérias, que foi modificando ao decorrer do tempo. Como é possível ver na tabela 4, as principais matérias abordadas eram contabilidade geral e de custos. Contabilidade geral representava 24% da prova, enquanto que custos representava 14%. Essas duas matérias, combinadas com contabilidade gerencial, representavam juntas 48% do exame. Três disciplinas, em um total de treze, valiam quase que metade da prova, que era o necessário para ser aprovado. Os demais conteúdos eram divididos igualmente, entre duas ou três questões.

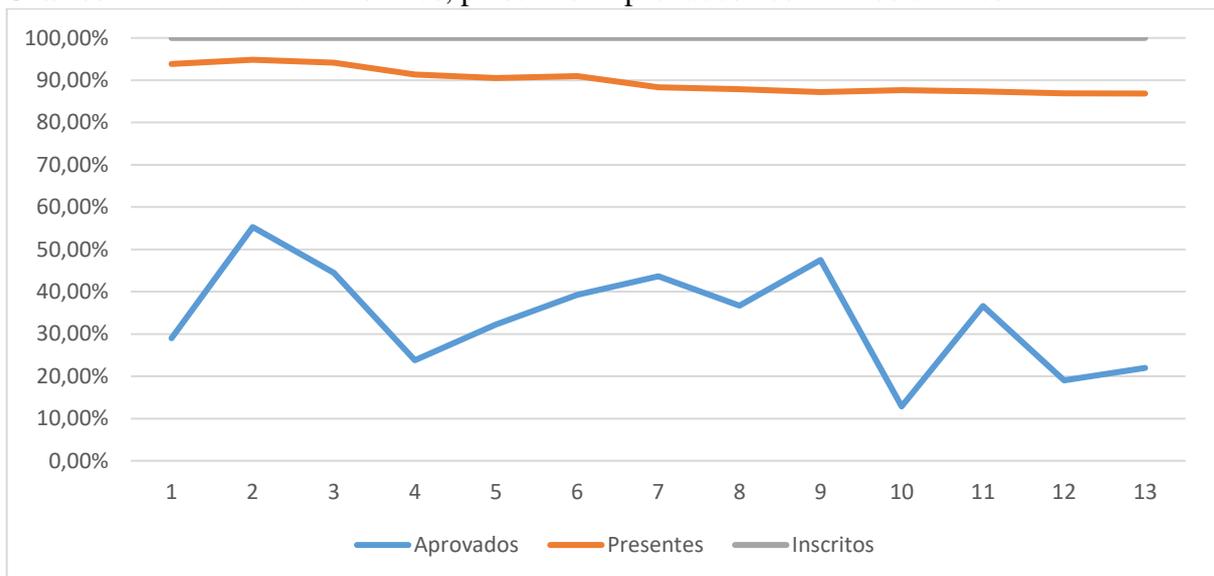
Tabela 6 - Composição do exame 1/2017.

Disciplina	QUESTÕES	%
Auditoria Contábil	2	4,00%
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	3	6,00%
Contabilidade de Custos	3	6,00%
Contabilidade Geral	21	42,00%
Contabilidade Gerencial	2	4,00%
Controladoria	1	2,00%
Legislação e Ética Profissional	2	4,00%
Língua Portuguesa	2	4,00%
Matemática Financeira e Estatística	2	4,00%
Noções de Direito	3	6,00%
Perícia Contábil	2	4,00%
Princípios e Normas	3	6,00%
Teoria da contabilidade	4	8,00%
TOTAL	50	100,00%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

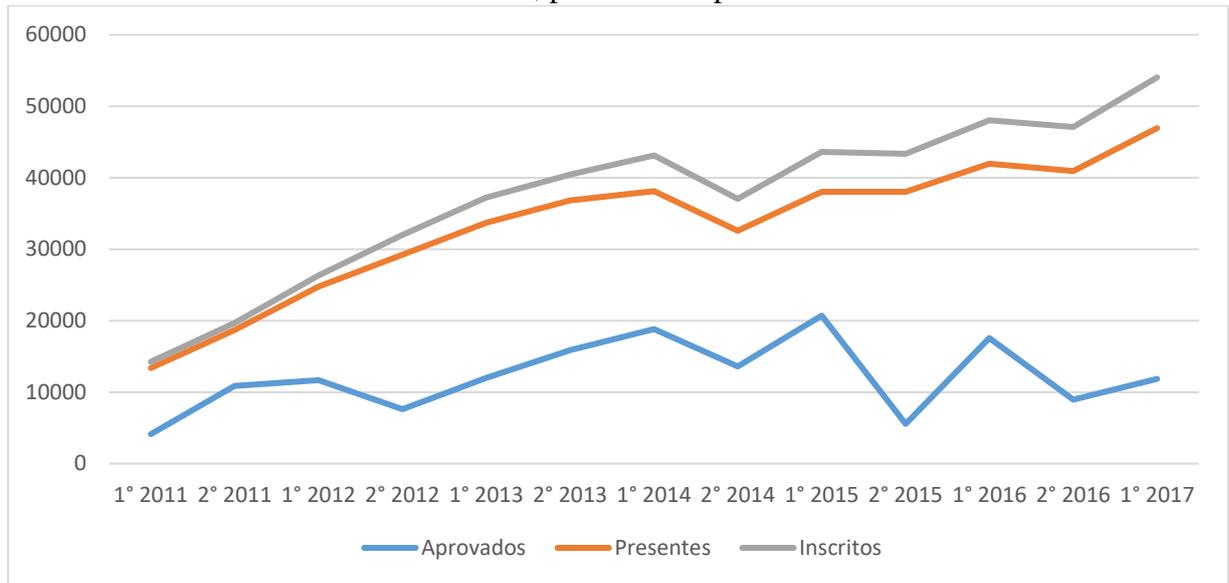
No último exame, no primeiro semestre de 2017, já é observado uma composição completamente distinta. Contabilidade geral por si só, equivale 42% do total do exame. Uma única matéria concentra vinte e uma questões, de cinquenta ao todo. Ao decorrer dos exames, contabilidade geral absorvia questões de outras matérias, principalmente de custos e de contabilidade gerencial. As três disciplinas agregadas em 2011, representavam vinte e quatro questões. Em 2017, são vinte e seis, porém com uma contribuição bem maior de contabilidade geral. Vale ressaltar teoria da contabilidade e controladoria. Teoria contábil foi a disciplina que mais foi abordada neste exame, excluindo contabilidade geral, com quatro questões, quando as outras oscilam entre duas e três. E controladoria, foi abordada em apenas três exames. Na primeira fase não possuía essa disciplina, e na segunda fase, foi cobrada nos exames 2/2011, 2/2016 e 1/2017. Como foi abordada nos últimos dois exames, é provável que se consolide nos demais exames.

Gráfico 1 - Percentual de inscritos, presentes e aprovados nos últimos exames.



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

É possível comparar o número de candidatos inscritos, presentes e aprovados por exame, em seu número absoluto ou relativo. Na gráfico 1, há uma tendência na queda dos presentes com o passar do tempo. A cada exame realizado, esse número decresce em relação ao número de inscritos. Já os aprovados oscilam bastante, de acordo com o grau de dificuldade da prova aplicada.

Gráfico 2 - Número absoluto de inscritos, presentes e aprovados nos últimos treze exames.

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

É possível comparar o número de candidatos inscritos, presentes e aprovados por exame, em seu número absoluto. Na gráfico 2, há uma tendência na queda dos presentes, em relação ao inscritos, com o passar do tempo. A cada exame realizado, esse número decresce em relação ao número de inscritos, de forma linear. Já os aprovados oscilam bastante, de acordo com o grau de dificuldade da prova aplicada.

3 METODOLOGIA

A metodologia que é utilizada, no que concerne aos objetivos e considerando a natureza do problema a ser estudado caracteriza-se como descritiva, documental e bibliográfica. É descritiva porque descreve e caracteriza o curso de Ciências Contábeis no Brasil e seu exame de suficiência, e faz um estudo em que há a análise das consequências e influências do objeto estudado. Associado a esta pesquisa, aplicou-se abordagem qualitativa por conceber análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado (BEUREN, 2003 p. 92). Quanto ao procedimento para coleta de dados, utilizaram-se as pesquisas documental e bibliográfica. Para Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza materiais teóricos já analisados. Na etapa seguinte, deu-se início a extração das informações para que a análise fosse feita e os resultados apresentados, com base no estudo documental. Dessa forma, foram levantadas as seguintes informações para alcançar os objetivos propostos: número de provas aplicadas pelo CFC antes e depois da implantação da obrigatoriedade do Exame de Suficiência Contábil para obtenção do registro no CRC, número total de alunos que realizaram a prova, número de aprovados e número de reprovados com seus respectivos índices. Mapeamento das questões por área, verificando quais áreas de maior cobrança e o seu devido nível de acerto nas avaliações e a compatibilidade com a grade curricular exigida pelo conselho regulador.

Também foi feito um comparativo entre as médias de aprovação das fases do Exame de Suficiência Contábil. A primeira fase é referente à data de implantação até a derrubada da resolução CFC Nº 853/99, ou seja, entre os anos de 2000 e 2004. A segunda fase contempla a criação da Lei Nº 12.249, isto é, de 2011 até 2017, último ano analisado. A prova do Exame de Suficiência Contábil é dividida nas seguintes áreas: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Noções de Direito Público e Privado, Matemática Financeira, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Língua Portuguesa Aplicada. Houve uma mudança do modelo antigo para o modelo novo. Foi retirada a disciplina de Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos, presentes nas provas até 2004 e foi acrescentada a disciplina de Controladoria em três provas a partir de 2011 (2/2011, 2/2016 e 1/2017).

Os dados necessários para análise, como a quantidade de inscritos, aprovados e reprovados nos exames de suficiência, a composição dos grupos dos aprovados, por estado, a composição dos exames, por matéria e percentual de acerto foram coletados no site oficial do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e mediante solicitação de informações complementares no mesmo órgão. Foram feitas diversas simulações na planilha do Microsoft Excel, afim de identificar ao longo dos exames, quais matérias mais influenciaram na média da nota final dos candidatos, sendo essa influência positiva ou negativa.

Gráficos foram desenvolvidos para este trabalho, como forma de melhor auxiliar o entendimento e evidenciar o do desempenho dos alunos, sejam eles relacionados por matéria, ou por Estado.

O objetivo inicial do trabalho era focar na análise das matérias cobradas no ESC, o quanto que elas contribuem ou prejudicam na aprovação dos candidatos, porém, por limitação de dados, não foi possível realizar a análise.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Análise por matéria

Tabela 7 - Matérias do ESC, quantidade de questões, porcentagem de acerto, e sua contribuição para a média do resultado final do exame.

DISCIPLINA	QUESTÕES	%	MÉDIA
Auditoria Contábil	2	33,59%	0,6718
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	3	27,83%	0,8349
Contabilidade de Custos	3	25,52%	0,7656
Contabilidade Geral	21	43,49%	9,1329
Contabilidade Gerencial	2	28,06%	0,5612
Controladoria	1	28,31%	0,2831
Legislação e Ética Profissional	2	67,10%	1,342
Língua Portuguesa	2	63,79%	1,2758
Matemática Financeira e Estatística	2	41,89%	0,8378
Noções de Direito	3	26,58%	0,7974
Perícia Contábil	2	70,70%	1,414
Princípios e Normas	3	55,89%	1,6767
Teoria da contabilidade	4	32,66%	1,3064
TOTAL	50		20,8996

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Na tabela 8, são encontradas as disciplinas ofertadas no ESC, o seu número de questões e a sua média de percentual de acerto, no exame do primeiro semestre de 2017. Multiplicando a quantidade de questões abordadas por matéria, e o coeficiente de acerto, é encontrado a contribuição de pontuação daquela disciplina para a média final, de pontuação, do exame. A matéria que mais contribui para a média final, é Contabilidade Geral. Dos 20,90 pontos médios do último ESC, 9,13 vieram de Contabilidade Geral. A grande quantidade de questões abordadas nesta matéria tem fator relevante nesse dado estatístico. Controladoria é a que menos contribuiu, com 0,28, visto que apenas possuiu uma única questão neste exame.

Tabela 8 - Ordem decrescente do percentual de acerto por matéria, do primeiro exame de 2017.

Perícia Contábil	70,70%
Legislação e Ética Profissional	67,10%
Língua Portuguesa	63,79%
Princípios e Normas	55,89%
Contabilidade Geral	43,49%
Matemática Financeira e Estatística	41,89%
Auditoria Contábil	33,59%
Teoria da contabilidade	32,66%
Controladoria	28,31%
Contabilidade Gerencial	28,06%
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	27,83%
Noções de Direito	26,58%
Contabilidade de Custos	25,52%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

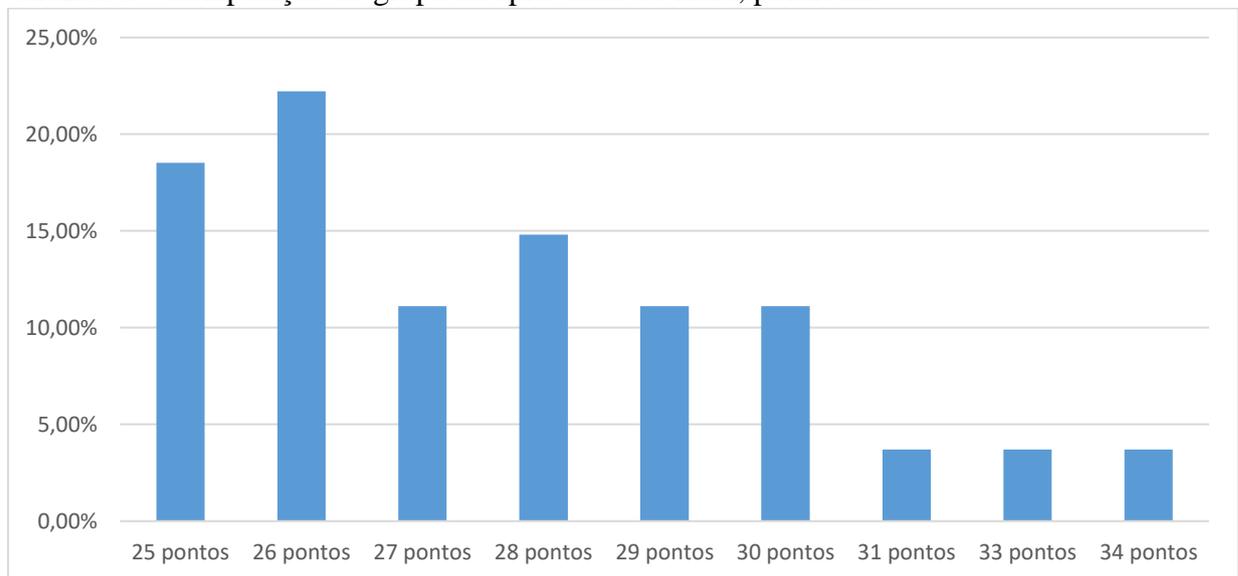
A composição do ESC por peso das matérias, e o percentual médio de acerto, revelam a pontuação média obtida. Através da tabela 9, é possível conhecer a matéria que teve maior percentual de acerto, e a que obteve menos, assim como as que mais caem no ESC, e as que menos caem. A disciplina de perícia contábil foi a que mais registrou resposta corretas, com 70,70% de acerto médio. Contabilidade de custo foi a que representou dificuldade para os candidatos, com 25,52% de acerto médio. Contabilidade geral foi a matéria mais abordada no ESC, com 21 questões, e controladoria foi a menos cobrada, com apenas uma única questão.

4.2 Análise por Estado (UF)

4.2.1 Acre (AC)

No Estado do Acre, houve 281 presentes na realização do primeiro exame de 2017. Desses 281 candidatos, apenas 27 conseguiram ser aprovados, o que resulta em 9,61% de aprovação. Nem sequer 10% dos candidatos que foram fazer a prova, conseguiram tirar a nota mínima. Apenas três candidatos conseguiram fazer uma pontuação acima dos 30 pontos, 11,11% dos aprovados. Então do total de presentes no estado, um pouco mais de 1% obteve rendimento superior a 60% de acerto. E os outros 24 candidatos tiraram nota superior a 25 e inferior a 30, equivalente a 88,89%.

Gráfico 3 - Composição do grupo de aprovados do Acre, por notas.



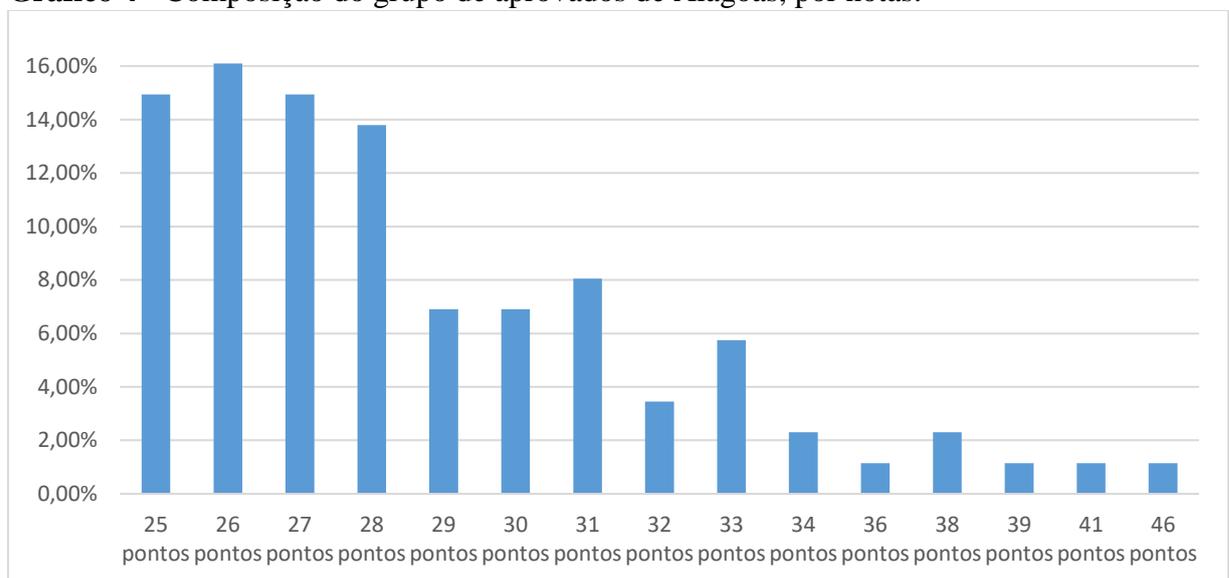
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Acre tem um recorde negativo em seu histórico, com o pior resultado geral em um exame, e isso ocorreu no segundo exame de 2015, quando apenas 0,84% dos candidatos presentes passaram na prova. Neste exame, houveram 239 presentes, e apenas 2 aprovados. Um dado preocupante para o ensino contábil da região. Na média dos últimos treze exames, tem 15,76% de aprovação no exame. Seu melhor resultado foi no segundo exame de 2011, quando teve uma taxa de 30,77% de aprovação. Ao longo desses exames, mais pessoas se ausentaram, do que passaram na prova. Foram 411 ausentes, e 357 aprovados.

4.2.2 Alagoas (AL)

O estado teve 512 presentes no exame de 2017, com 87 candidatos aprovados no exame. Uma taxa de 17% de aprovação. Está aquém da sua média registrada desde a primeira edição de 2011, que é de quase 29%. Do total de aprovados, 73,56% dos estudantes avaliados tiraram entre 25 e 30 pontos. De 87 aprovados, 19,54% ficaram com nota menor do que 35 pontos, e maior do que 30. Entre 35 e 40 pontos, 4,60% dos aprovados se fizeram presentes. E acima de 40 pontos, 2,30% dos candidatos aprovados.

Gráfico 4 - Composição do grupo de aprovados de Alagoas, por notas.



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

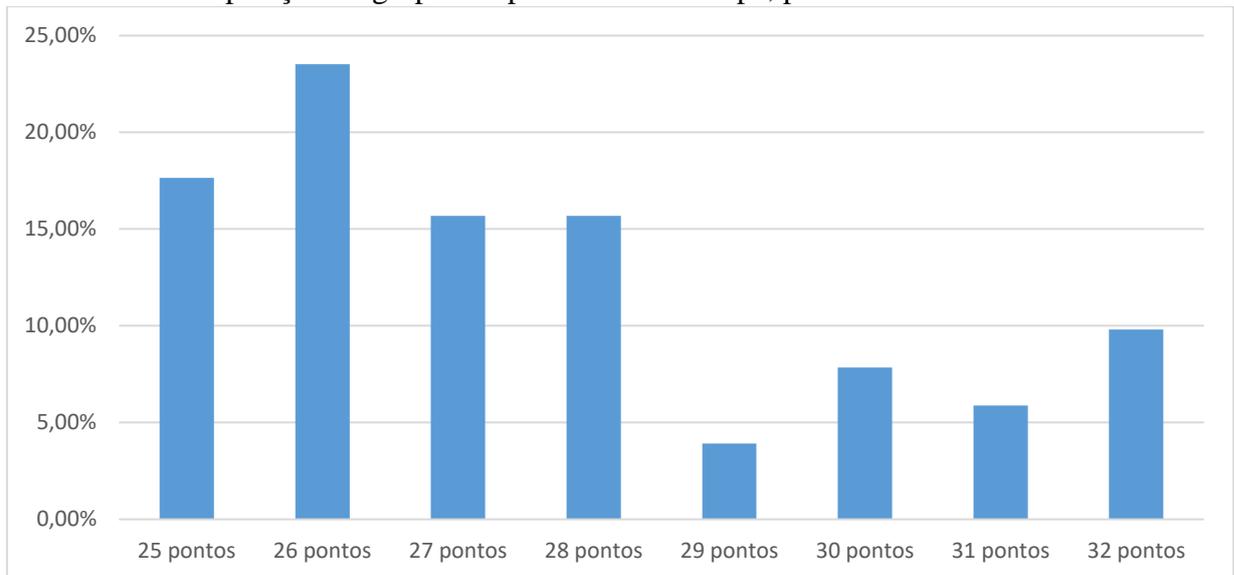
Um candidato de Alagoas conseguiu umas das maiores notas do país, 46 pontos, uma diferença de 5 pontos para o segundo colocado do estado. A maior nota geral deste exame foi de 47 pontos, ou 94% de acerto.

Alagoas já tem 1.306 aprovados nos treze exames. Uma média de 100 aprovados por prova realizada. Seu pior desempenho foi no segundo exame de 2015, que também foi o pior índice de aprovação nacional. Foram apenas 9,6% aprovados. Seu melhor resultado foi no segundo exame de 2011, com quase 50% de aprovados.

4.2.3 Amapá (AP)

O Amapá teve 334 candidatos presentes no último exame, um dos estados com menor quantidade de concorrentes, ficando atrás apenas do Acre, com 281 presentes na realização da prova. O desempenho do Amapá no exame foi considerado baixo, com apenas 15,27% de aprovados. Em números absolutos, são 51 candidatos que conseguiram pontuar, pelo menos a metade da prova.

Gráfico 5 - Composição do grupo de aprovados do Amapá, por notas.



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

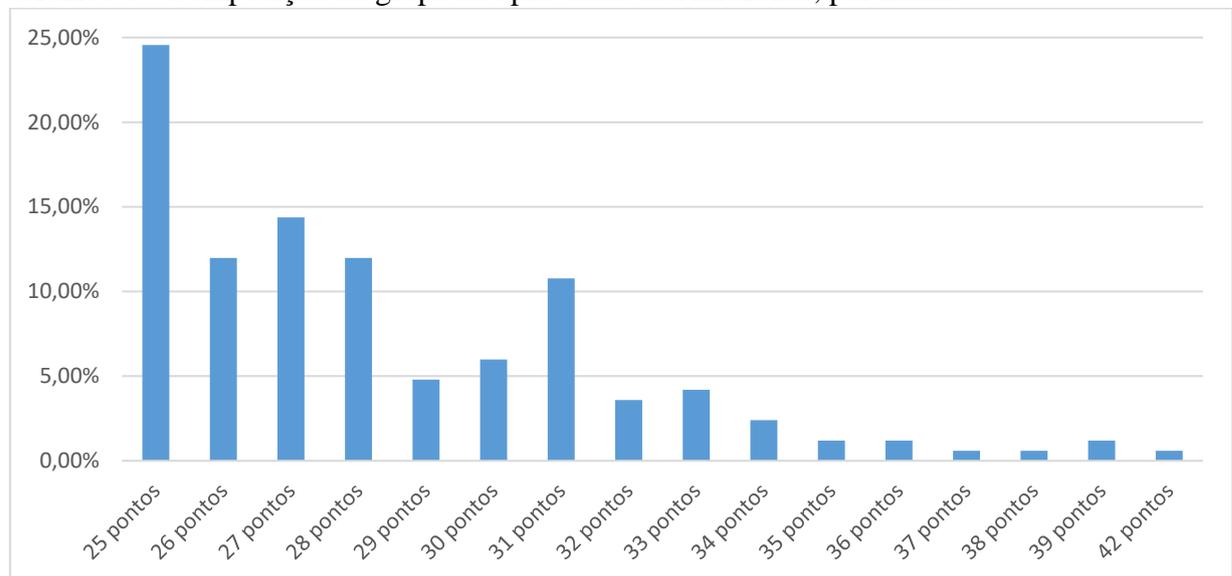
Todos os aprovados obtiveram notas entre 25 e 32 pontos. Nenhum candidato do estado conseguiu tirar mais de 32 pontos. Muitos passaram com uma margem de segurança de até 5 pontos, o que significa um acerto de até 30 questões. Em porcentagem, foram 84,31% dos aprovados tiraram até 30. Acima de 30 pontos, apenas 12 pessoas passariam, representando apenas 3,6% dos alunos que realizaram a prova, ou 15,69% dos aprovados.

No geral, o Amapá apresenta média de aprovação de 19,4%, com seu pior resultado de 4,9% de aprovados, no segundo exame de 2015. E sua melhor taxa de aprovação foi de 38,89%, no segundo exame de 2011.

4.2.4 Amazonas (AM)

O estado de Amazonas teve 1.151 presentes na prova deste ano. Mas apenas 167 avaliados conseguiram passar na prova. São 14,51% de candidatos aprovados. Um resultado abaixo das médias obtidas anteriormente, de quase 21% de aprovação. Os concorrentes que pontuaram acima de 25 e abaixo de 30, representam 73,65% dos aprovados. Entre 30 e 35, há 22,16% dos concorrentes que passaram no exame. E 3,59% fizeram uma pontuação superior a 35 e inferior a 40. E acima dos 40 pontos, apenas um candidato pontuou, representando 0,60% do total de aprovados.

Gráfico 6 - Composição do grupo de aprovados do Amazonas, por notas.



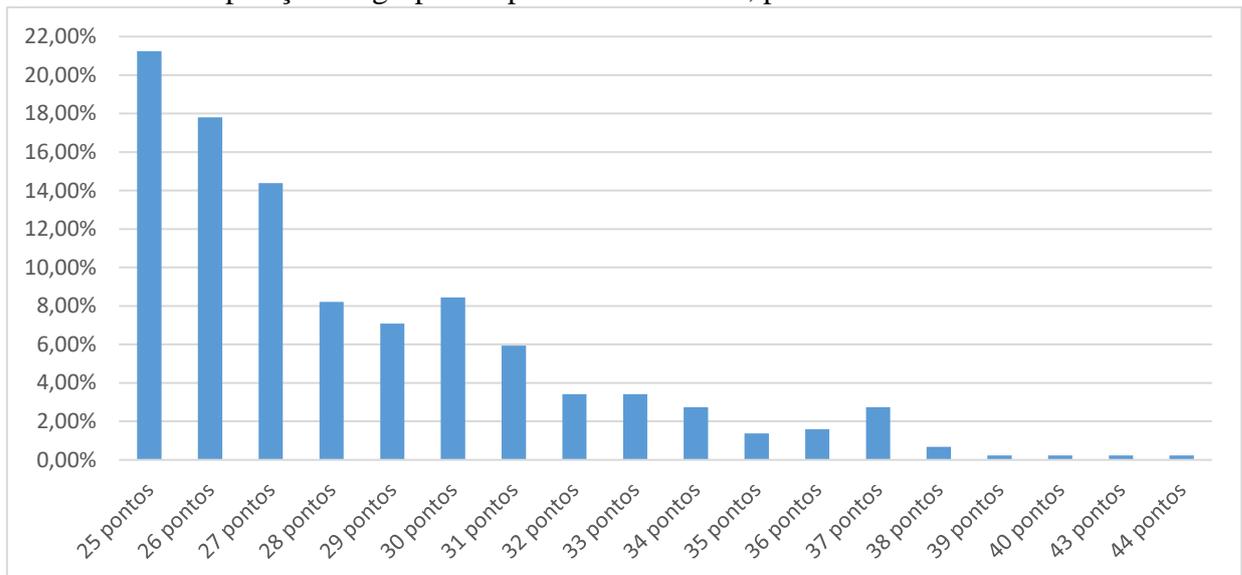
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Mais um estado que guarda seu pior resultado no segundo semestre de 2015, com só 6,65% dos concorrentes aprovados. Isso fez com que sua média caísse bastante, já que pelo menos a região conseguiu um índice de aprovação superior a 11% em todos os outros exames, desde 2011.

4.2.5 Bahia (BA)

O estado da Bahia registrou 2.387 presentes na data da realização do exame. Do total dos candidatos que fizeram o exame, 438 obtiveram nota suficiente para serem aprovados. Taxa de aprovação de 18,35% dos candidatos. Foi o terceiro pior resultado no histórico da Bahia, desde 2011. O estado tem uma taxa média de aprovação de 31,03%.

Gráfico 7 - Composição do grupo de aprovados da Bahia, por notas.



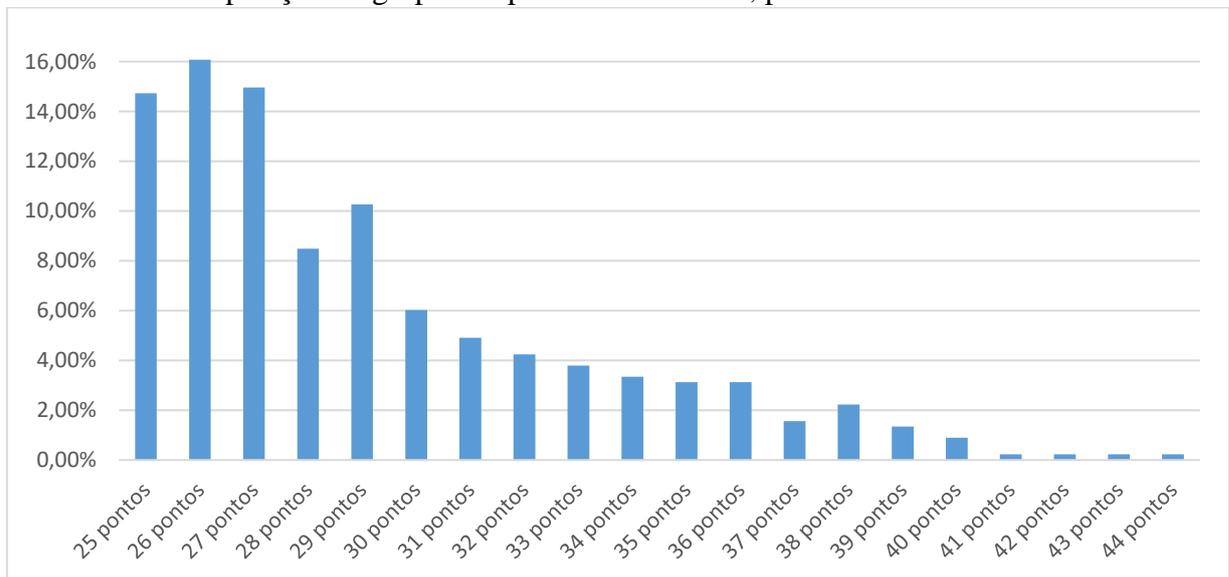
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Os percentuais de composição dos estudantes caem exponencialmente, conforme aumenta a pontuação obtida. Diferente de outros estados, que oscilam no gráfico, ou caem bruscamente a partir de determinada nota. Do grupo de aprovados, 77,17% pontuaram até 30. Entre 30 e 35 são distribuídos 16,89% dos candidatos. Dos que pontuaram de 35 a 40, 5,48% dos aprovados no estado. E acima de 40 pontos, apenas dois candidatos, que juntos somam 0,46% dos aprovados.

4.2.6 Ceará (CE)

No Ceará, 1.592 foram fazer o exame. Dentre eles, 448 conseguiram fazer 25 ou mais pontos. Realizando um cálculo simples, são 28,14% de aprovados. O estado tem índices de aprovação relativamente elevados, visto que só em dois exames, teve taxa menor do que 25%, quem foram em 2/2012 e 2/2015, respectivamente, 23,09% e 17,08%. E seu melhor desempenho foi no primeiro semestre de 2014, com 54,03% de aprovados. Sua média total está em 38,69%. Então a cada três candidatos que vão fazer a prova, pelo menos um passa.

Gráfico 8 - Composição do grupo de aprovados do Ceará, por notas.



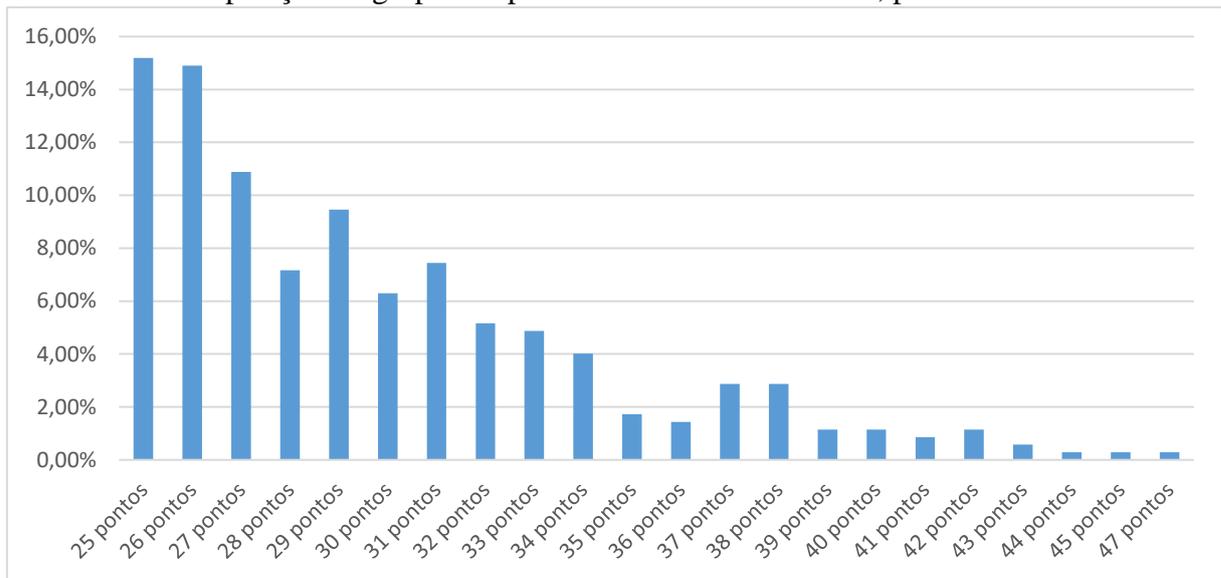
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

A frequência de notas entre 25 e 30 é de 70,54%, onde se concentra a maioria dos candidatos. Acima de 30 pontos, até 35, o percentual fica em 19,42%. Entre 35 e 40 pontos, observa-se apenas 9,15% de aprovados. Acima dos 40 pontos, apenas quatro candidatos conseguiram representar o estado, resultando em 0,89%.

4.2.7 Distrito Federal (DF)

O Distrito Federal registrou 1.194 concorrentes na prova de proficiência contábil, onde 349 pessoas conseguiram obter, pelo menos, a nota mínima. São apenas 29,23% de aprovados. Um resultado bem abaixo do esperado, se comparado com a taxa média de aprovação, que é de 41,72%, uma das mais altas do país, junto com outros estados da região sul e sudeste.

Gráfico 9 - Composição do grupo de aprovados do Distrito Federal, por notas.



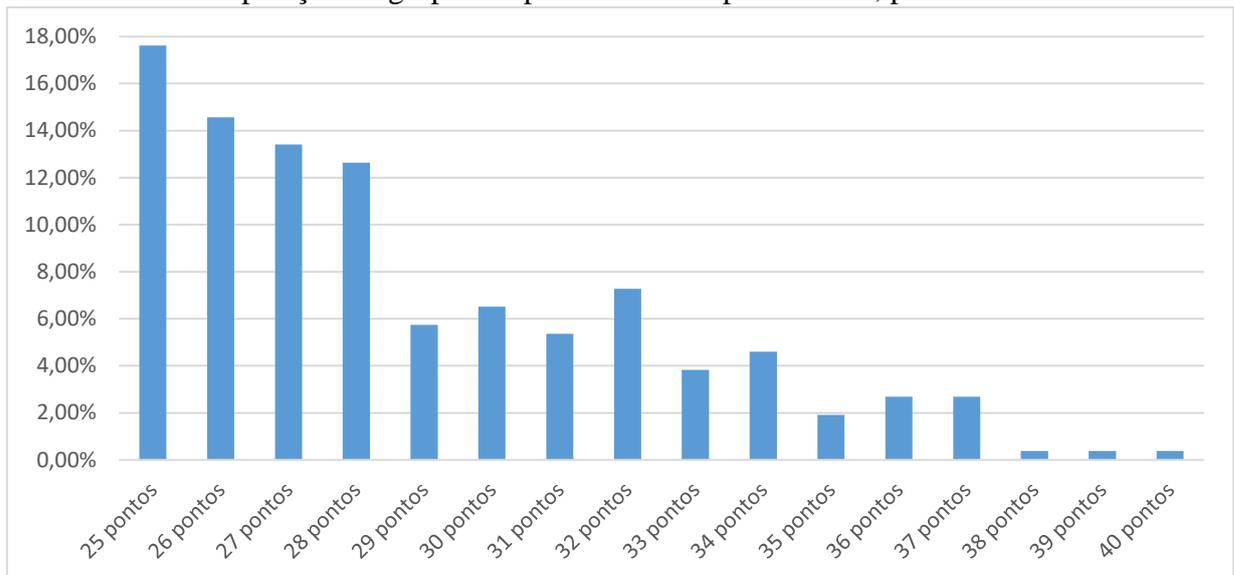
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

O DF já conseguiu aprovar mais de 70% dos seus candidatos. Isso ocorreu no segundo exame de 2011. E o seu pior desempenho foi no segundo exame de 2015, com apenas 20,6% de aprovados. Um dos candidatos conseguiu a maior nota do exame no país, que foi 47. Dos 63,90% aprovados, estão classificados até os 30 pontos. Entre 30 e 35 pontos, a frequência cai quase em um terço da anterior, ficando com 23,21%. Entre 35 e 40 pontos, há 9,46% dos aprovados. E acima dos 40 pontos, dezesseis candidatos conseguiram representar 3,44% dos aprovados.

4.2.8 Espírito Santo (ES)

O estado teve 900 concorrentes a prova para o registro do conselho de classe. Desse total, 261 foram aprovados no exame. Equivale a um coeficiente de 29%. Outro que ficou com um resultado bem abaixo das médias anteriormente obtidas. Apesar desse resultado não tão positivo, o estado registra uma média de 41,55% de aprovados, desde a volta aplicação do exam em 2011. Uma média extremamente alta, se comparada com o restante do país.

Gráfico 10 - Composição do grupo de aprovados do Espírito Santo, por notas.



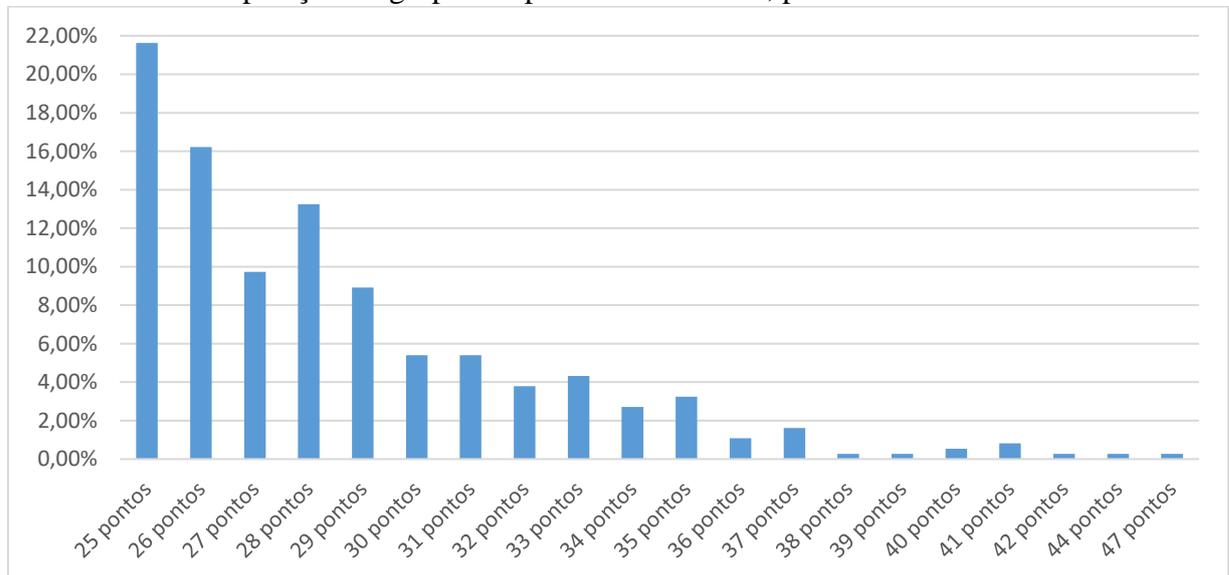
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

O melhor resultado no histórico do estado foi no segundo exame de 2011, quando obteve 63,97% de aprovação. Por outro lado, seu pior desempenho foi no segundo exame de 2015, com 16,81% de aprovados. Os aprovados até 30 pontos, somam 70,50% do total de aprovados. Entre 30 e 35, existem 22,99% dos candidatos que passaram na prova. E o restante dos aprovados, se concentram até os 40 pontos, 6,51%, visto que nenhum candidato do estado conseguiu pontuar acima de 40.

4.2.9 Goiás (GO)

Em Goiás, houve 1.745 candidatos que realizaram o exame de suficiência. Dos quais, 370 conseguiram nota de corte suficiente para serem aprovados, resultando em 21,2% de aprovação. Um índice aquém da média geralmente praticada nas outras provas, que foi de 28,64%. O seu auge de aprovação foi 45,49%, no segundo exame de 2011, que também foi o maior índice de aprovação nacional, desde sua implementação do exame por lei. Já a taxa mais baixa foi de 8,29%, no segundo exame de 2015, novamente junto com o pior rendimento nacional.

Gráfico 11 - Composição do grupo de aprovados do Goiás, por notas.



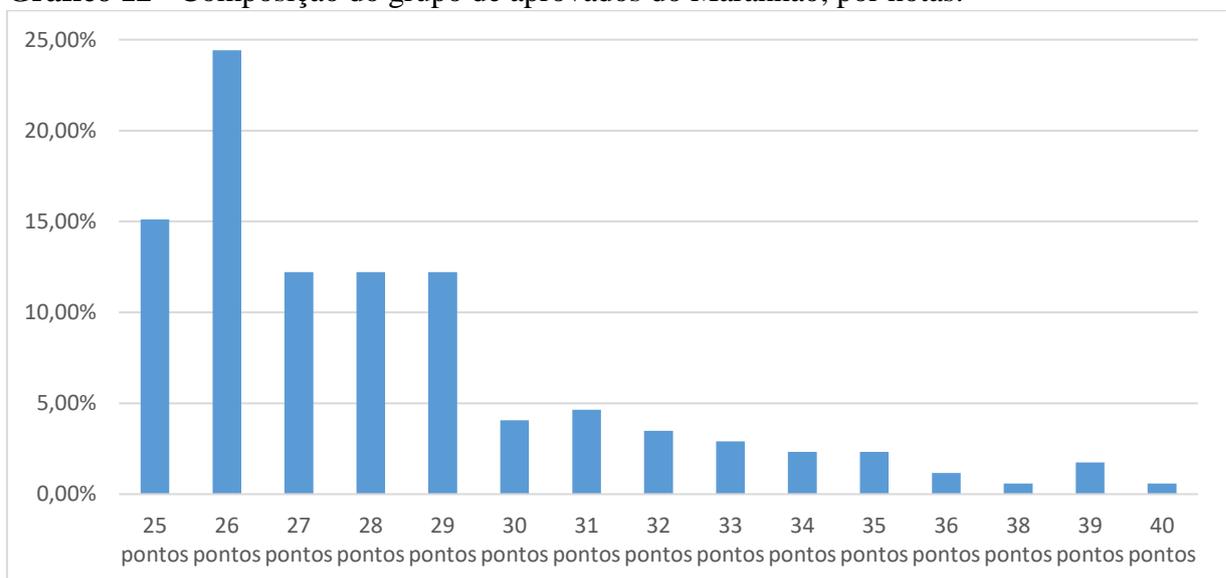
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

O estado teve mais de três quartos de todos os aprovados entre 25 e 30 pontos, em número preciso, foram 75,14%. Acima disso, entre 30 e 35 pontos, o percentual de aprovados ficou em 19,46%. Já os concorrentes que pontuaram entre 35 e 40, representaram 3,78% dos aprovados no estado. Acima de 40 pontos somados no exame, 1,62% do total de aprovados, o que significa que apenas 6 candidatos conseguiram obter um desempenho superior a 80% de acerto na prova.

4.2.10 Maranhão (MA)

No Maranhão, 1.439 pessoas estiveram presentes na realização do exame. Mas apenas 172 candidatos foram aprovados, o que dá uma taxa de 11,95% de aprovação. Um resultado aquém da média obtida nos outros exames, que foi de 22,05% de aprovação. Distante desse percentual, o estado já conseguiu aprovar 40,55% de candidatos em um exame, que foi o segundo de 2011. Por outro lado, no segundo exame de 2015, o estado registrou apenas 6,18% de aprovados.

Gráfico 12 - Composição do grupo de aprovados do Maranhão, por notas.



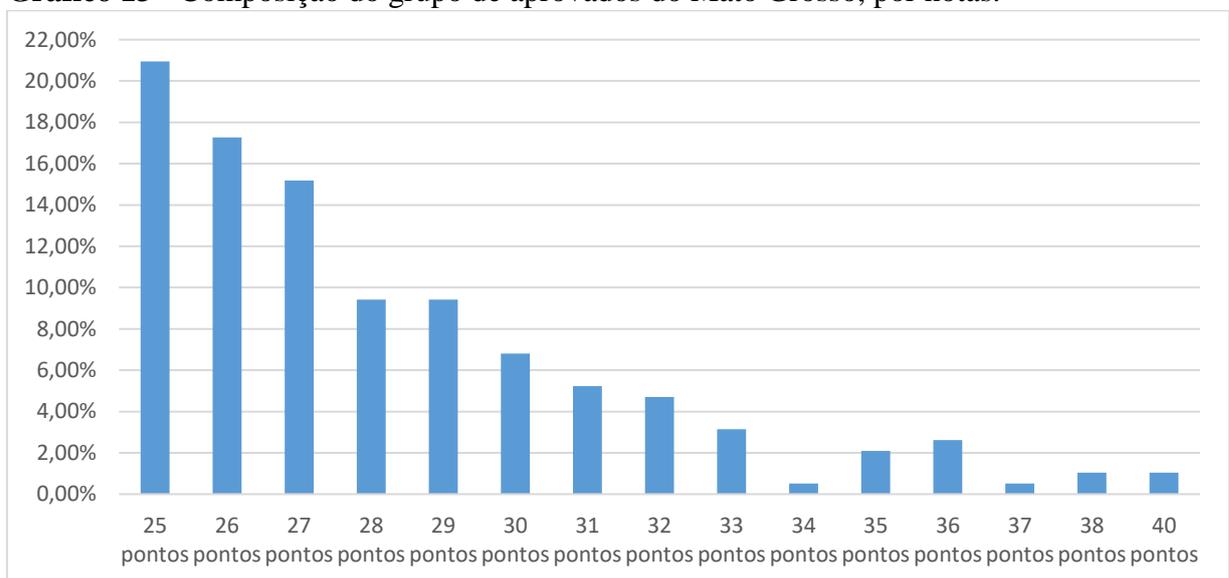
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Dentre os candidatos aprovados na prova, 80,23% obtiveram nota entre 25 e 30 pontos. Entre 30 e 35 pontos, 15,70% dos concorrentes conseguiram pontuar. Já acima de 35 pontos, até 40, se concentraram os demais aprovados, o que resulta em 4,07%. Visto que nenhum candidato do estado conseguiu pontuar acima dos 40 pontos.

4.2.11 Mato Grosso (MT)

No Mato Grosso, houveram 1.695 candidatos presentes na realização do exame. Entre esses, 191 foram aprovados na prova de suficiência. São 11,27% de candidatos aprovados nesta edição do exame. O índice médio de aprovação do estado é de 22,89%, um pouco maior que o dobro efetuado nesta edição do exame. O recorde de aprovação do estado, foi no segundo exame de 2011, com 40,64% de candidatos aprovados. E o pior resultado registrado foi de apenas 4,57%, no segundo exame de 2015.

Gráfico 13 - Composição do grupo de aprovados do Mato Grosso, por notas.



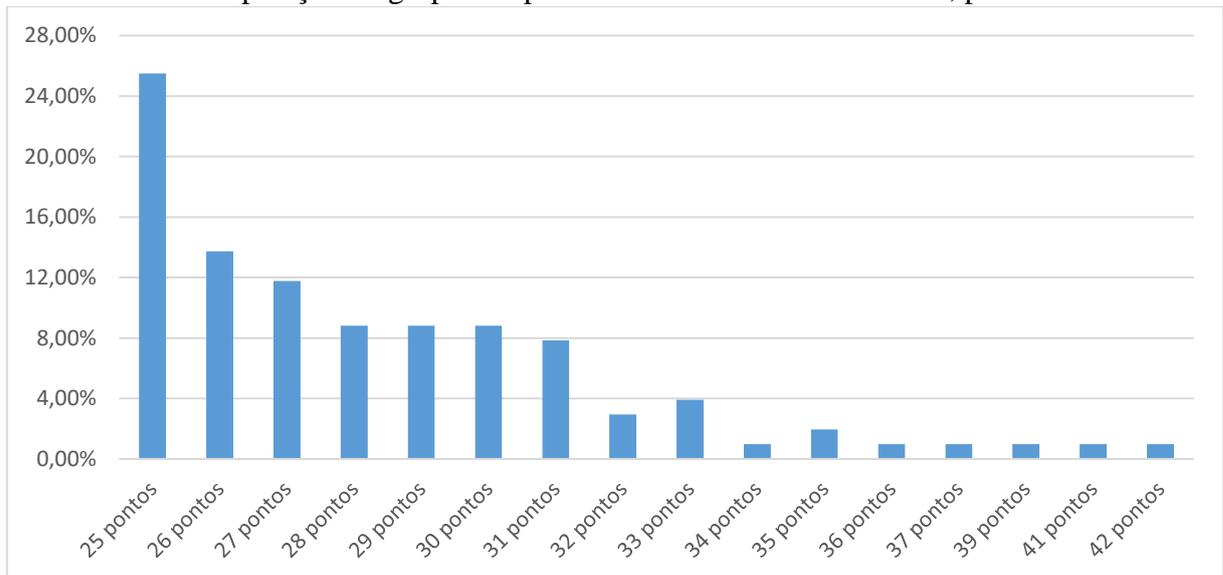
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Dentre os aprovados no estado, 79,06% pontuaram acima do mínimo exigido, que é 25, e 30 pontos. Entre 30 e 35 pontos, 15,71% dos candidatos pontuaram. Dos demais aprovados, que são 5,24%, ficaram entre 35 e 40 pontos, uma vez que nenhum candidato do estado conseguiu ficar com mais de 40 pontos neste exame.

4.2.12 Mato Grosso do Sul (MS)

O estado registrou 656 concorrentes que fizeram este exame, dos quais 102 conseguiram obter a nota mínima ou acima disso. Equivale a uma taxa de 15,55% de aprovados na prova. Um resultado um pouco abaixo do esperado, já que sua média de aprovação é de 26,77%. Dentre os exames já realizados, o estado conseguiu seu melhor índice de aprovação no segundo exame de 2011, com 44,86% de aprovados. E no segundo exame de 2015, ficou com seu pior desempenho no histórico, que foi de 8,73%.

Gráfico 14 - Composição do grupo de aprovados do Mato Grosso do Sul, por notas.



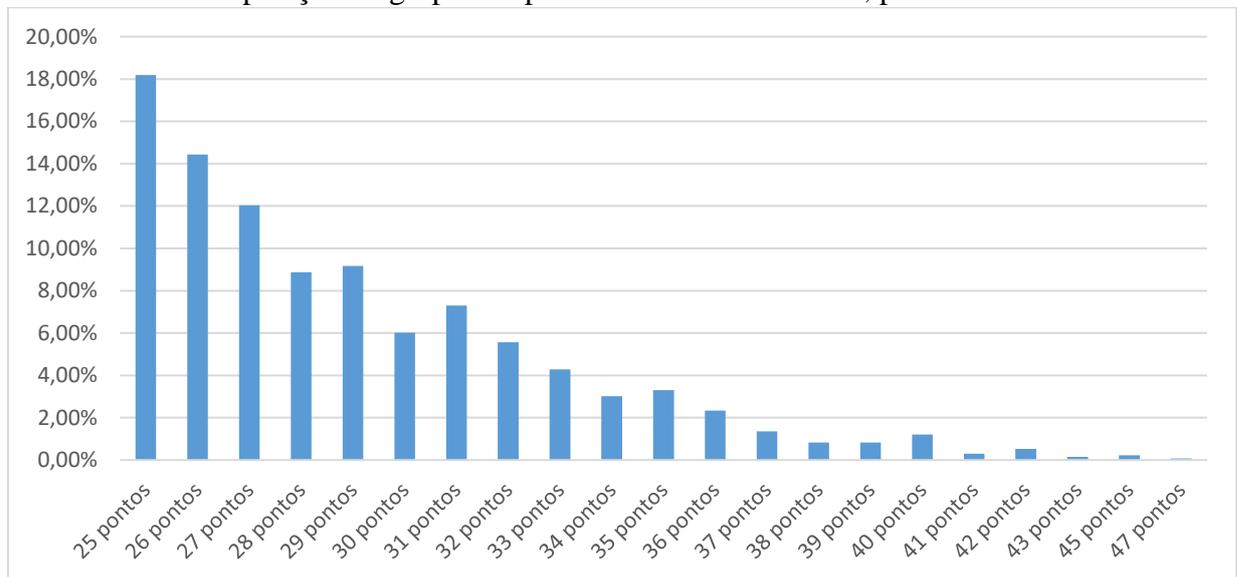
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Em relação aos aprovados, a distribuição deles se dá na seguinte proporção, 77,45% pontuaram entre 25 e 30 pontos, 17,65% fizeram entre 30 e 35 pontos. Acima dos 35 pontos, houveram apenas 5 candidatos que pontuaram, 2,94% do total ficaram entre 35 e 40, e os outros 1,96% ficaram acima de 40 e abaixo de 45.

4.2.13 Minas Gerais (MG)

Em Minas Gerais, 4.757 candidatos realizaram o exame de suficiência, dos quais 1.330 foram aprovados, dá uma taxa de aprovação de 27,96%. É um dos estados com as maiores médias de aprovação do país, com uma taxa de 42,03%. No último exame, esse índice caiu, assim como os outros estados. No seu histórico, já conseguiu 64,59% de aprovação no segundo exame de 2011, quase dois terços do total de presentes. Por outro lado, no segundo exame de 2015, aprovou apenas 18,24% dos presentes.

Gráfico 15 - Composição do grupo de aprovados do Minas Gerais, por notas.



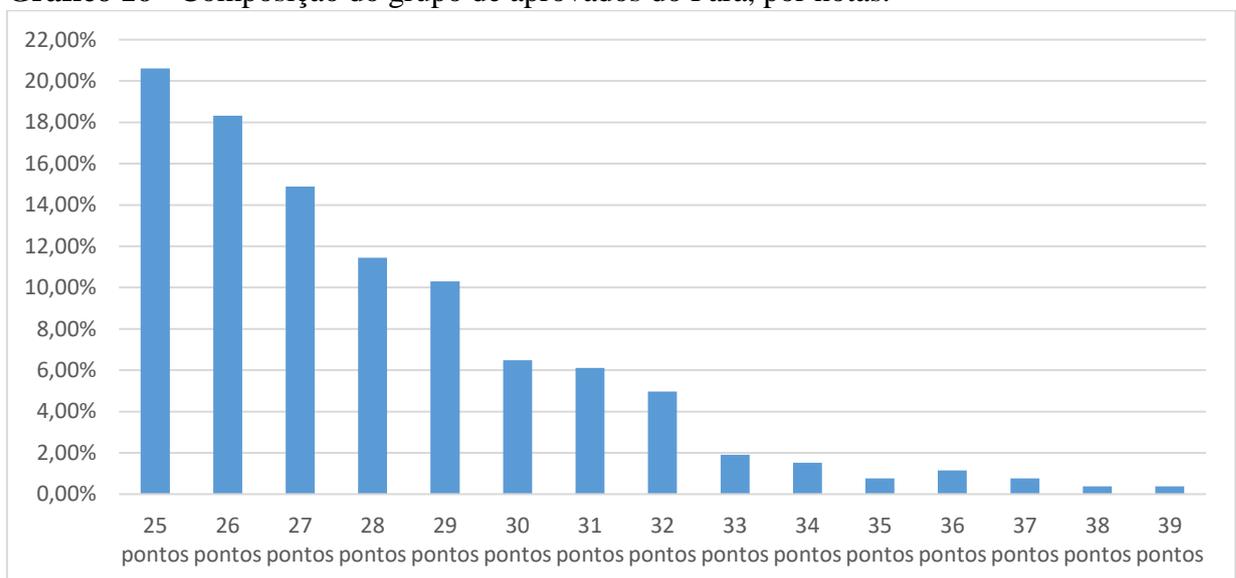
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

A frequência das notas dos aprovados ficou distribuída da seguinte forma, 68,72% dos aprovados ficaram entre 25 e 30 pontos, 23,46% dos que passaram no exame ficou entre 30 e 35 pontos. Acima de 35 e abaixo de 40, 6,54% conseguiram pontuar. E por fim, 1,28% dos candidatos ficaram acima dos 40 pontos, inclusive um dos candidatos que obteve a maior pontuação deste exame, que foi de 47 pontos, ou 94% de acerto.

4.2.14 Pará (PA)

O Pará registrou 2.092 presentes na data da realização do último exame. Foram aprovados 262 estudantes, o equivalente a 12,52% de aprovação do estado. A sua média nos últimos treze exames foi de 20,93% aprovados. O seu último resultado ficou abaixo do estimado. No segundo exame de 2011, foi o ápice de aprovação de estado, com 38,34% de aprovados. E no segundo exame de 2015, foi o contrário, onde registrou sua menor taxa, de 4,82%.

Gráfico 16 - Composição do grupo de aprovados do Pará, por notas.



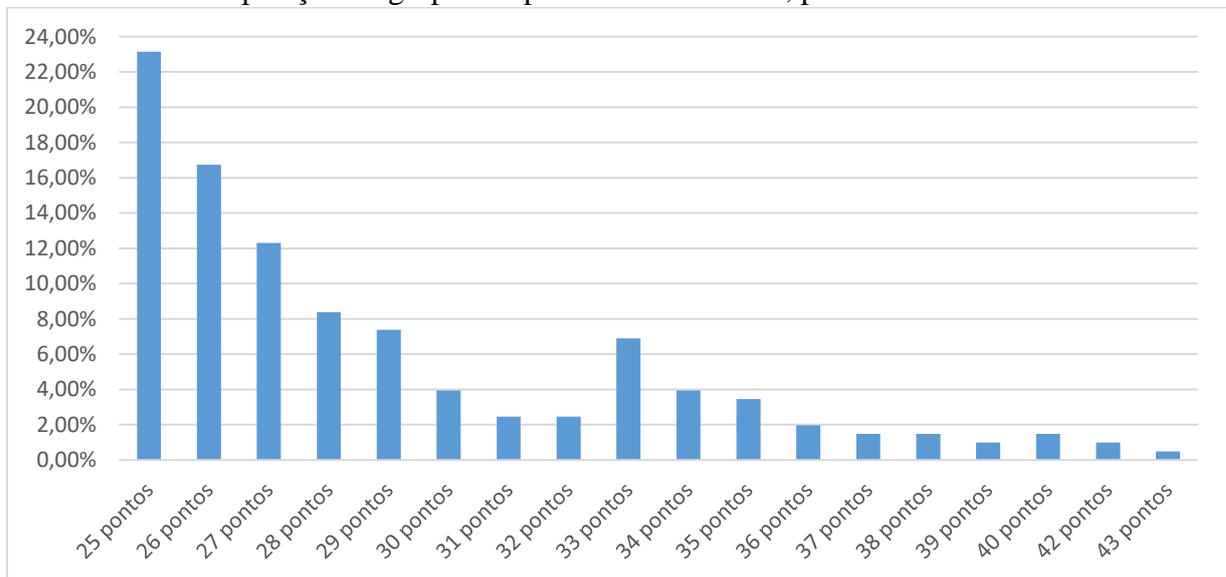
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

O desempenho dos aprovados ficou da seguinte maneira, 82,06% obtiveram uma nota entre 25 e 30. Um pouco acima, 15,27% fizeram entre 30 e 35 pontos, e dos demais, 2,67%, pontuaram entre 35 e 40, visto que nenhum candidato obteve uma pontuação maior do que 40.

4.2.15 Paraíba (PB)

A Paraíba teve 830 candidatos que realizaram o exame de suficiência, do total, 203 conseguiram para serem aprovados. De todos os concorrentes, 24,46% obteve nota pra ser aprovado, um em cada quatro. Essa média obtida é inferior a média dos exames a partir de 2011, que é de 34,24%. Se comparado ao segundo exame de 2011, onde a aprovação foi de 54,5%, a taxa fica mais inferior ainda. Porém fica bem acima, quando comparado com o índice do segundo exame de 2015, que foi de apenas 13,12%.

Gráfico 17 - Composição do grupo de aprovados da Paraíba, por notas.



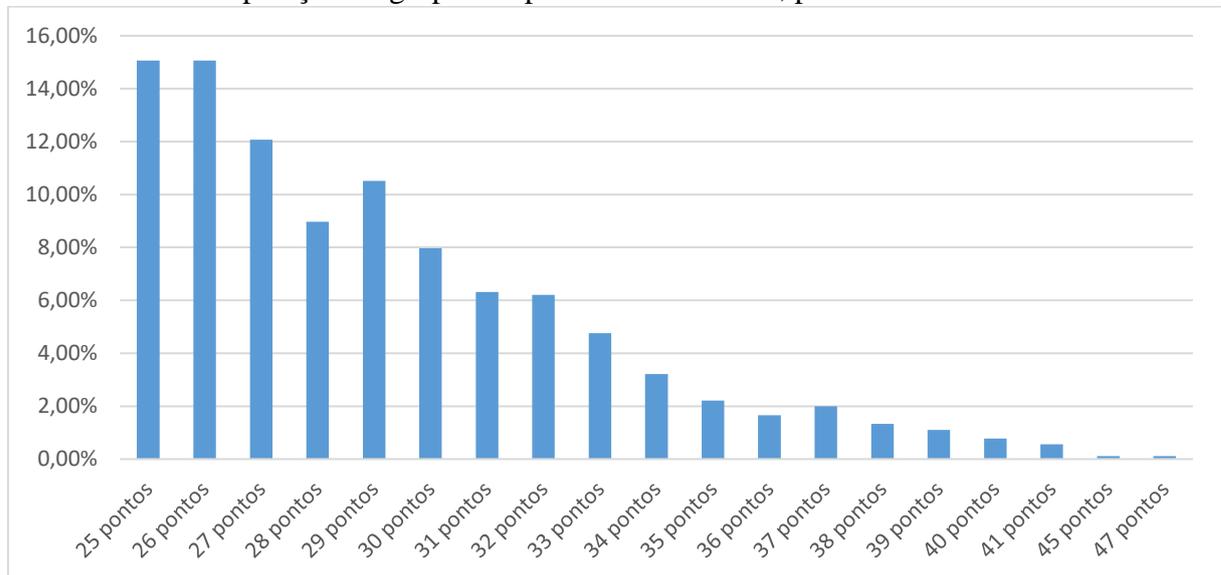
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Do total dos candidatos aprovados, 71,92% deles conseguiram passar entre 25 e 30 pontos, é onde se concentra a maioria dos aprovados. Já entre 30 e 35 pontos, a taxa de aprovados vai para 19,21%. E dos candidatos que tiraram acima de 35 e abaixo de 40, ficam 7,39% do total de aprovados. E por fim, 3 candidatos fizeram acima de 40 pontos, o que resulta em 1,48%.

4.2.16 Paraná (PR)

O estado do Paraná registrou 3.025 pessoas que concluíram a prova para obter o registro no conselho de contabilidade. Destas pessoas, 903 tiraram nota suficiente para serem aprovadas. Do total de presentes, 29,85% passaram no exame. O estado possui uma das maiores médias de aprovação do país, com 43,36% dos candidatos aprovados, desde 2011. E justo neste ano de 2011, no segundo exame aplicado, que o estado obteve seu melhor resultado até hoje, de 65,08% de aprovados. Por outro lado, no segundo exame de 2015, o estado registrou seu pior desempenho até então, com 17,53% de aprovação.

Gráfico 18 - Composição do grupo de aprovados do Paraná, por notas.



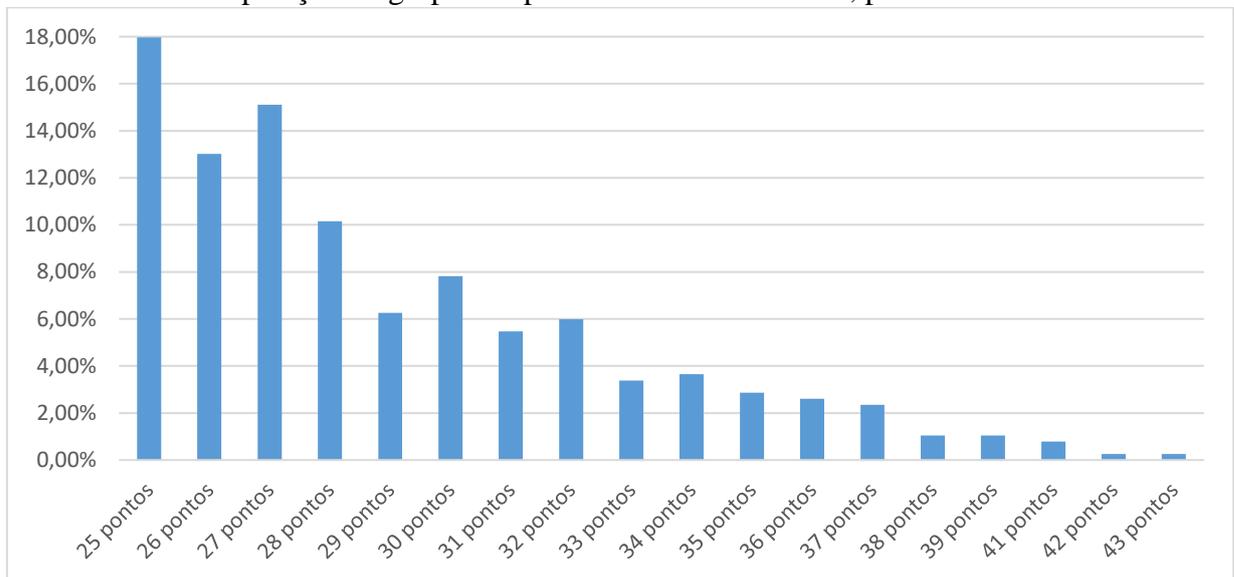
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Destes 903 candidatos aprovados no exame de suficiência contábil, 69,66% deles tiraram algo entre 25 e 30 pontos, onde ficou a maior parte dos aprovados. Entre 30 e 35 pontos, 22,70% dos concorrentes pontuaram. Acima de 35 pontos e abaixo de 40, houve 6,87% de candidatos. E o restante, 0,78%, ficaram acima de 40. Cabe ressaltar que o Paraná teve um dos candidatos com maior nota neste exame, 47 pontos.

4.2.17 Pernambuco (PE)

Em Pernambuco, houveram 1.767 candidatos presentes na realização do exame. Entre esses, 384 foram aprovados na prova de suficiência. São 21,73% de candidatos aprovados nesta edição do exame. O índice médio de aprovação do estado é de 35,85%, maior que efetuado nesta edição do exame. O recorde de aprovação do estado, foi no segundo exame de 2011, com 62,81% de candidatos aprovados. E o pior resultado registrado foi de apenas 15,88%, no segundo exame de 2015.

Gráfico 19 - Composição do grupo de aprovados de Pernambuco, por notas.



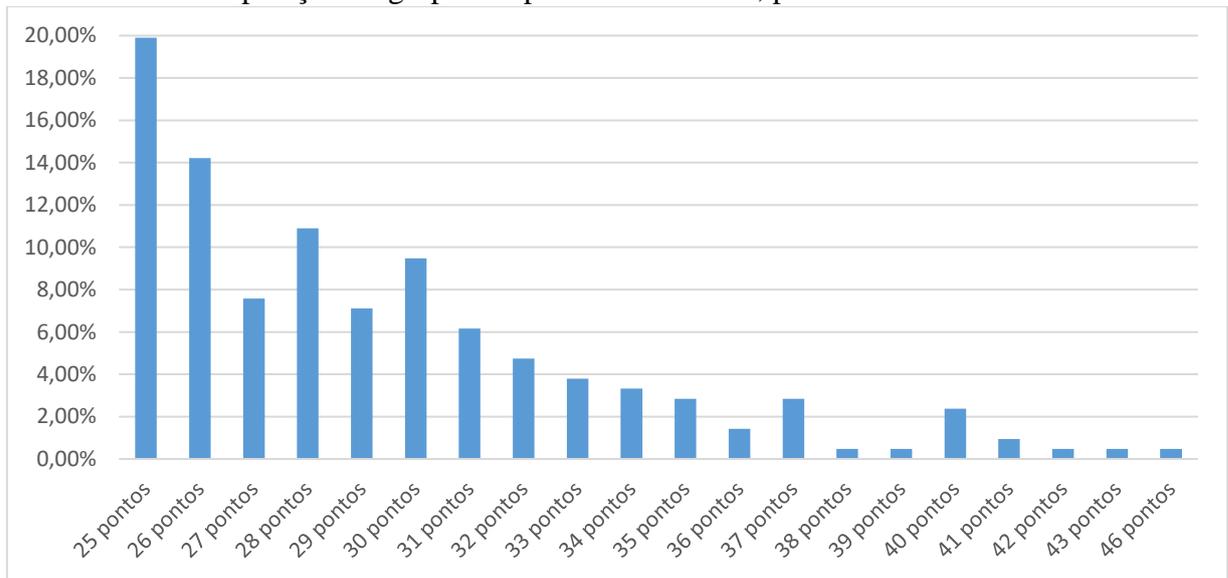
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

A frequência de notas entre 25 e 30 é de 70,31%, onde se concentra a maioria dos candidatos. Acima de 30 pontos, até 35, o percentual fica em 21,35%. Entre 35 e 40 pontos, observa-se apenas 7,03% de aprovados. Acima dos 40 pontos, apenas cinco candidatos conseguiram representar o estado, resultando em 1,30%.

4.2.18 Piauí (PI)

No Piauí, 1.095 pessoas estiveram presentes na realização do exame. Mas apenas 211 candidatos foram aprovados, o que dá uma taxa de 19,27% de aprovação. Um resultado aquém da média obtida nos outros exames, que foi de 22,05% de aprovação. Distante desse percentual, o estado já conseguiu aprovar 55,36% de candidatos em um exame, que foi o segundo de 2011. Por outro lado, no segundo exame de 2015, o estado registrou apenas 11,25% de aprovados.

Gráfico 20 - Composição do grupo de aprovados do Piauí, por notas.



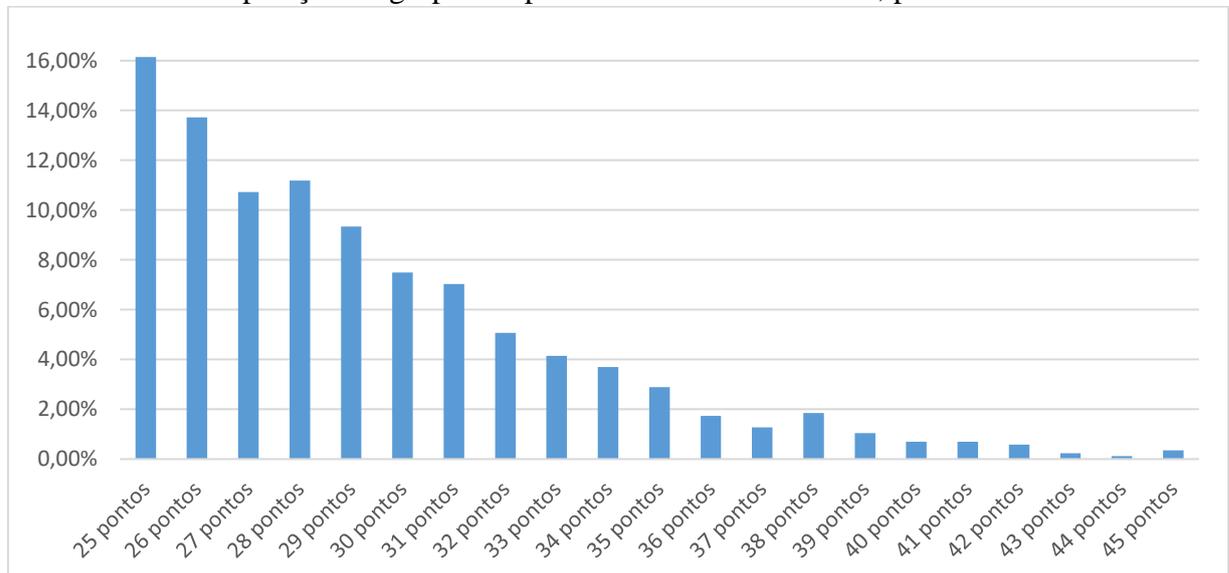
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Entre os 1.095 aprovados no exame, 69,19% obtiveram uma pontuação entre 25 e 30. Acima de 30 e abaixo de 35, ficaram 20,85% dos concorrentes aprovados. Os candidatos que ficaram com nota superior a 35 e inferior a 40, somaram 7,58% do total dos aprovados. E por último, os que superaram a marca dos 40 pontos, 2,37% ou apenas os 5 melhores representantes do estado.

4.2.19 Rio de Janeiro (RJ)

O Rio de Janeiro teve 2.483 candidatos que tentaram ser aprovados no primeiro exame de suficiência de 2017. Desses que tentaram, 867 lograram êxito na aprovação, o que equivale a 34,92% de aprovados, em relação a quem fez a prova. O estado é acostumado a ter um alto índice de aprovação, visto que é o terceiro com maior média do país, com 46,7% de aprovação, desde 2011. A maior taxa de aprovação do estado foi no segundo exame de 2011, com 68,35% de aprovados. E o pior desempenho nesses últimos anos, foi no segundo exame de 2015, com 22,32% de aprovados

Gráfico 21 - Composição do grupo de aprovados do Rio de Janeiro, por notas.



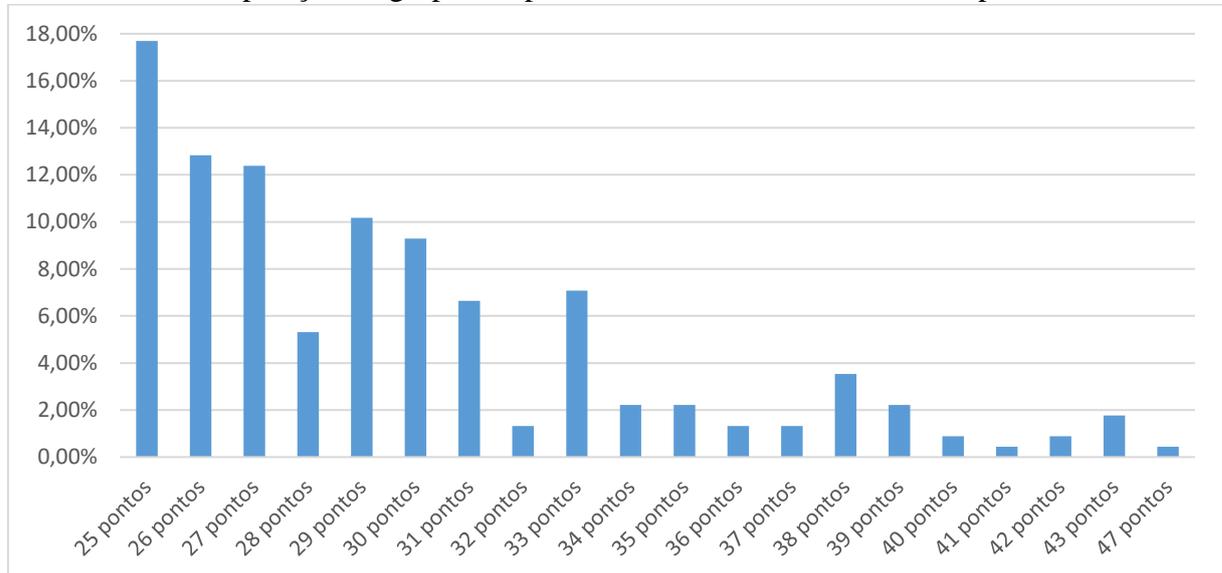
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Dentro desse alto índice de aprovação do exame de suficiência, é importante saber como se divide esse grupo. A maioria se encontra entre os que tiraram uma nota entre 25 e 30, são 68,63% de aprovados com tais notas. Com o aumento de nota, de 30 a 35, a amostra diminui para 22,84%. Quem obteve nota superior a 35 e inferior a 40, representou 6,57% do estado. E acima dos 40 pontos, 1,96% dos 867 aprovados.

4.2.20 Rio Grande do Norte (RN)

No Rio Grande do Norte, houve 1.044 candidatos que realizaram o exame de suficiência, dos quais, 226 conseguiram nota de corte suficiente para serem aprovados, resultando em 21,65% de aprovação. Um índice aquém da média geralmente praticada nas outras provas, que foi de 32,86%. O seu auge de aprovação foi 59,05%, no segundo exame de 2011, que também foi o maior índice de aprovação nacional, desde sua implementação do exame por lei. Já a taxa mais baixa foi de 12,29%, no segundo exame de 2015, novamente junto com o pior rendimento nacional

Gráfico 22 - Composição do grupo de aprovados do Rio Grande do Norte, por notas.



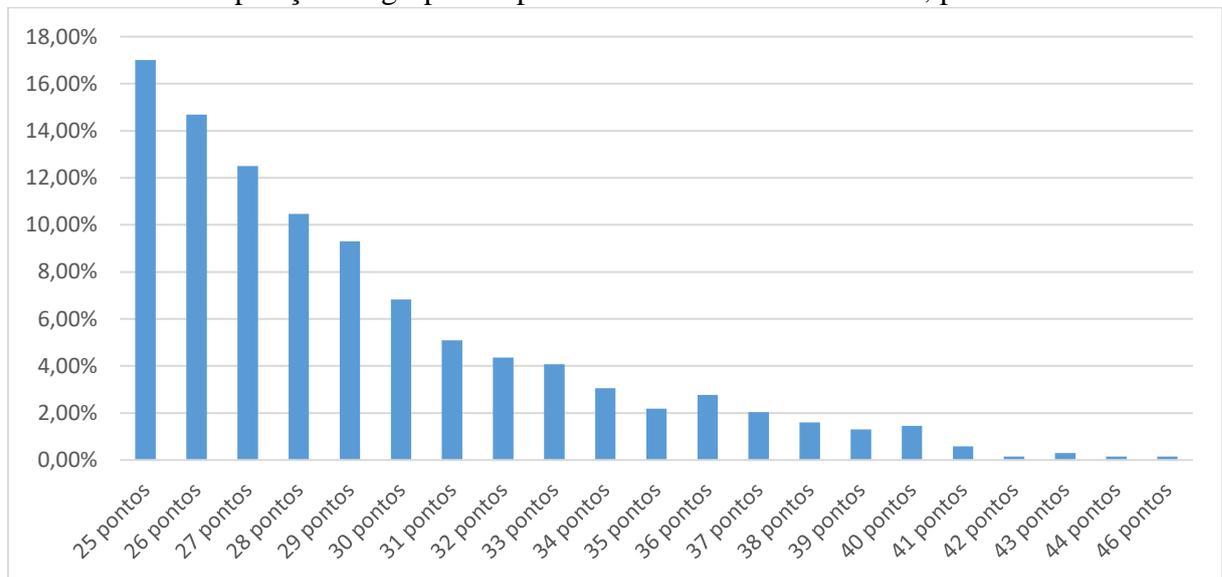
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

A composição dos 226 aprovados é da feita da seguinte maneira. A maior parte, 67,70%, está classificada de 25 a 30 pontos. O segundo grupo está formado por aqueles que tiraram uma nota entre 30 e 35, onde se encontram 19,47%. Os aprovados que fizeram entre 35 e 40, somam 9,29%. E as maiores notas, que são acima de 40, totalizam os 3,54% que sobraram da totalidade. E outro estado representado por um candidato que tirou a maior nota do exame.

4.2.21 Rio Grande do Sul (RS)

No Rio Grande do Sul, 1.890 candidatos realizaram o exame de suficiência, dos quais 688 foram aprovados, dá uma taxa de aprovação de 36,4%. É o estado com a maior média de aprovação do país, com uma taxa de 48,16%. No último exame, esse índice caiu, assim como os outros estados. No seu histórico, já conseguiu 67,64% de aprovação no segundo exame de 2011, mais de dois terços do total de presentes. Por outro lado, no segundo exame de 2015, aprovou 23.96% dos presentes.

Gráfico 23- Composição do grupo de aprovados do Rio Grande do Sul, por notas.



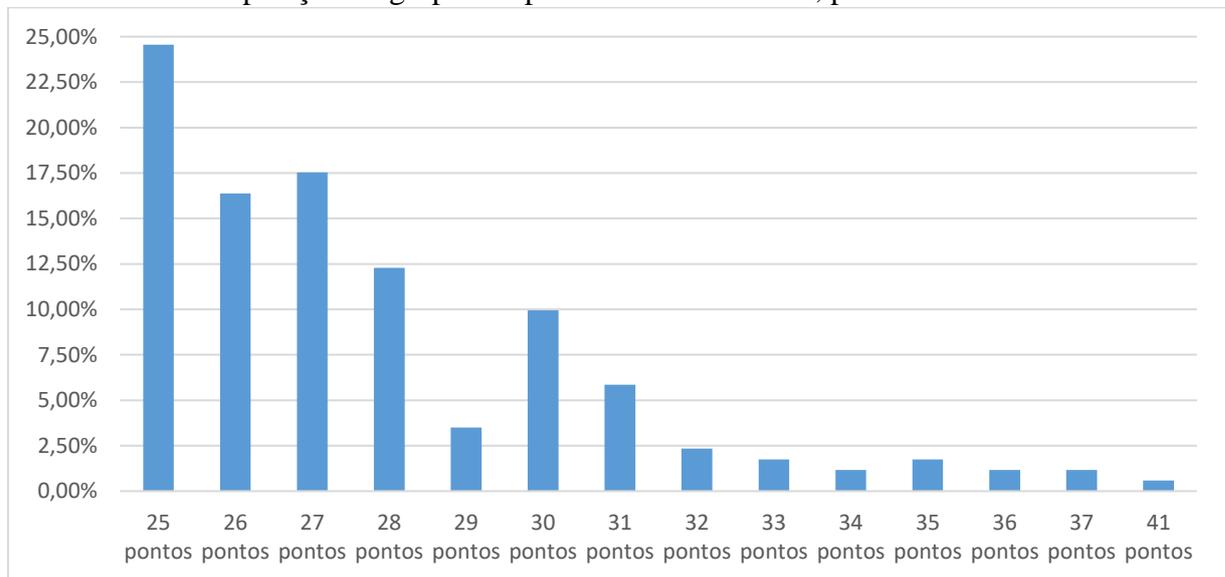
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Entre os 1.095 aprovados no exame, 70,78% obtiveram uma pontuação entre 25 e 30. Acima de 30 e abaixo de 35, ficaram 18,75% dos concorrentes aprovados. Os candidatos que ficaram com nota superior a 35 e inferior a 40, somaram 9,16% do total dos aprovados. E por último, os que superaram a marca dos 40 pontos, 1,31% ou os nove melhores representantes do estado, de 688 aprovados.

4.2.22 Rondônia (RO)

Em Rondônia, 1.111 foram fazer o exame. Dentre eles, 171 conseguiram fazer 25 ou mais pontos. Realizando um cálculo simples, são 15,39% de aprovados. Nesse exame, seu resultado foi aquém da média esperada, já que sua média da segunda fase do exame de suficiência é de 24,47%. O seu melhor desempenho foi no segundo semestre de 2011, com 40,23% de aprovados. O seu pior desempenho na prova, foi no segundo semestre de 2015, com 6,17% de aprovados.

Gráfico 24 - Composição do grupo de aprovados de Rondônia, por notas.



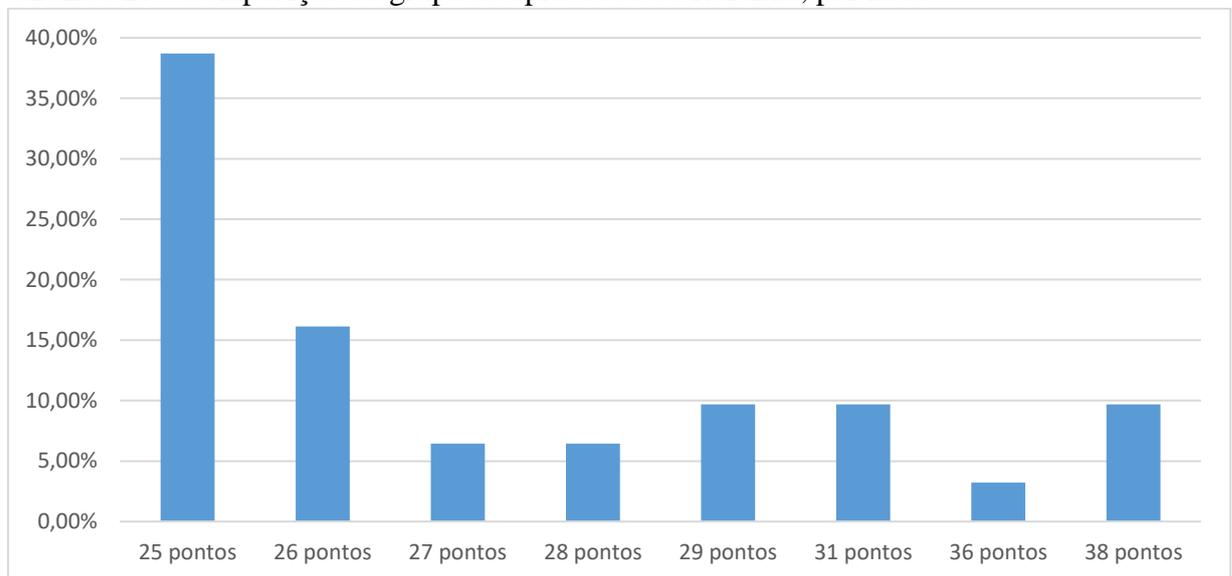
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Destes 171 candidatos aprovados no exame de suficiência contábil, 84,21% deles tiraram algo entre 25 e 30 pontos, onde ficou a maior parte dos aprovados. Entre 30 e 35 pontos, 12,87% dos concorrentes pontuaram. Acima de 35 pontos e abaixo de 40, houve 2,34% de candidatos. E o restante, 0,58%, ficaram acima de 40. Cabe ressaltar que Rondônia teve apenas um candidato que tirou acima de 40 pontos.

4.2.23 Roraima (RR)

Em Roraima, estado que menos teve candidatos presentes no primeiro exame de suficiência de 2017, teve apenas 218 candidatos que realizaram a prova. Dos concorrentes ao registro no conselho que fizeram a prova, 31 passaram com 50% de acerto ou mais. Os aprovados representam 14,22% dos que se fizeram presente no dia da aplicação do exame. A média dos treze exames aplicados é superior ao desta única prova, que é de 20,89%. No primeiro exame de 2015, o estado obteve seu melhor resultado, desde 2011, com 39,18% de aprovados. E o resultado mais pessimista foi o do segundo semestre de 2015, com 4,46% de aprovados. Roraima registrou seu melhor e pior índice em um único ano.

Gráfico 25 - Composição do grupo de aprovados de Roraima, por notas.



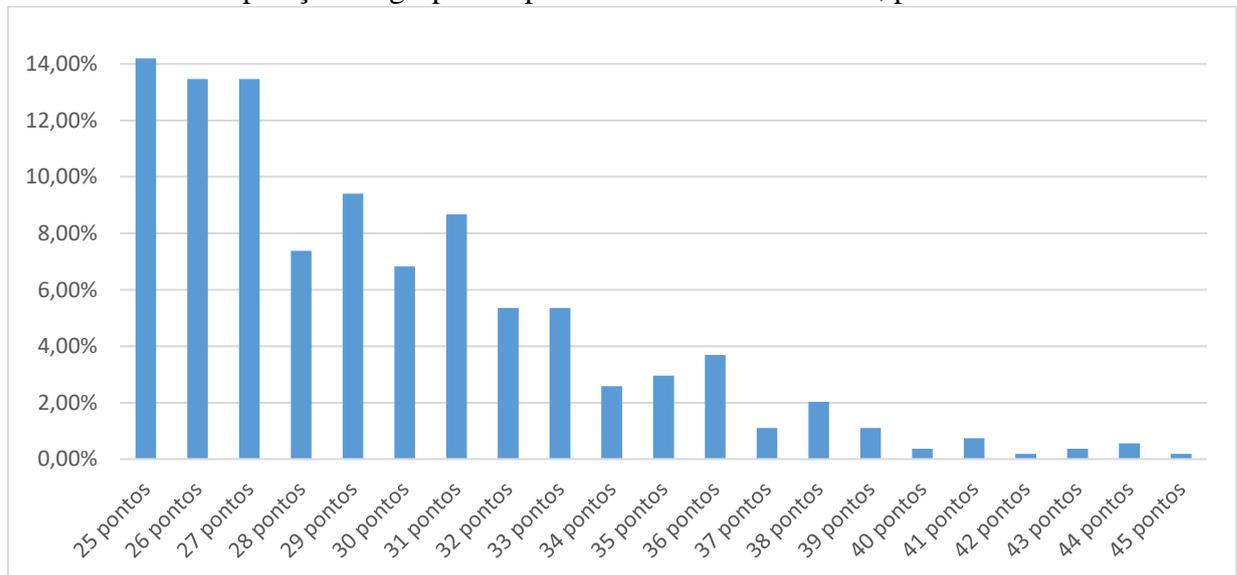
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Dentro desse índice de aprovação do exame de suficiência, é importante saber como é a composição desse grupo. A maioria se encontra entre os que tiraram uma nota entre 25 e 30, são 77,42% de aprovados com tais notas. Com o aumento de nota, de 30 a 35, a amostra diminuiu para 9,68%. Esses 9,68% são três candidatos que tiraram a mesma nota, 31. Quem obteve nota superior a 35 e inferior a 40, representou 12,90% dos aprovados no estado. E nenhum concorrente superior a marca dos 40 pontos.

4.2.24 Santa Catarina (SC)

Em Santa Catarina, 1.490 candidatos realizaram o exame de suficiência, dos quais 542 foram aprovados, dá uma taxa de aprovação de 36,38%. É o segundo estado com a maior média de aprovação do país, com uma taxa de 47,36%. No último exame, esse índice caiu, assim como os outros estados. No seu histórico, já conseguiu 69,49% de aprovação no primeiro exame de 2015, mais de dois terços do total de presentes foram aprovados. Por outro lado, logo em seguida, no segundo exame de 2015, aprovou apenas 19,33% dos presentes, seu pior resultado já registrado.

Gráfico 26 - Composição do grupo de aprovados de Santa Catarina, por notas.



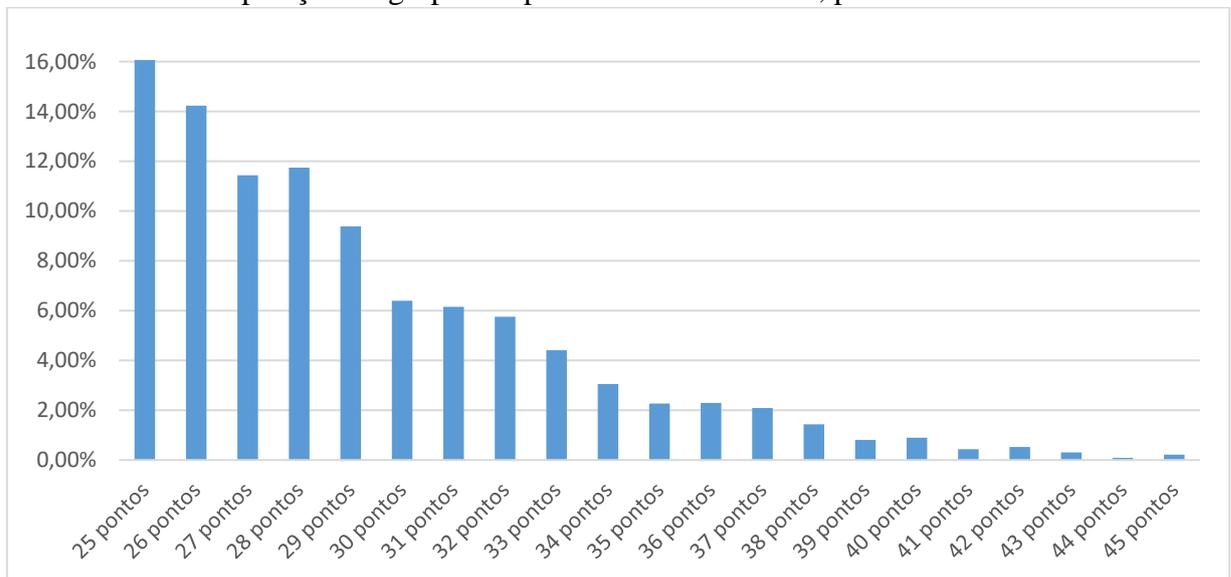
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Do total dos candidatos aprovados, 64,76% deles conseguiram passar entre 25 e 30 pontos, é onde se concentra a maioria dos aprovados. Já entre 30 e 35 pontos, a taxa de aprovados vai para 24,91%. E dos candidatos que tiraram acima de 35 e abaixo de 40, ficam 8,30% do total de aprovados. E por fim, onze candidatos fizeram acima de 40 pontos, o que resulta em 2,03%.

4.2.25 São Paulo (SP)

Em São Paulo, houveram 10.282 candidatos presentes na realização do exame. Entre esses, 3.218 foram aprovados na prova de suficiência. São 31,3% de candidatos aprovados nesta edição do exame. O índice médio de aprovação do estado é de 41,53%, maior que efetuado nesta edição do exame. O recorde de aprovação do estado, foi no primeiro exame de 2015, com 61,74% de candidatos aprovados. E o pior resultado registrado foi de apenas 19,06%, no segundo exame de 2015.

Gráfico 27 - Composição do grupo de aprovados de São Paulo, por notas.



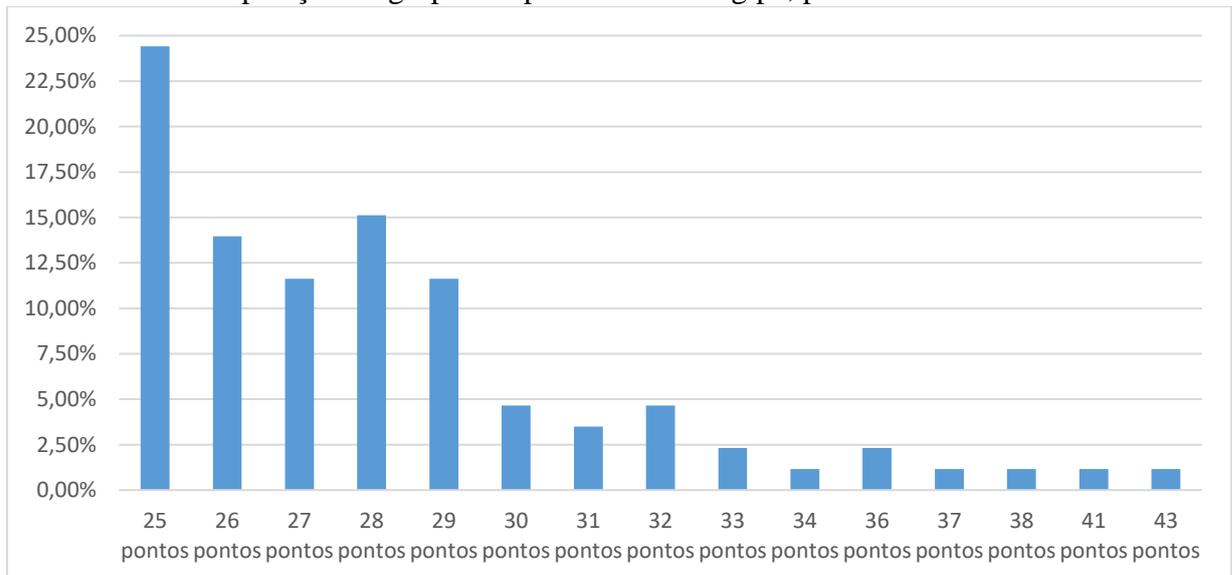
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Entre os 3.218 aprovados no exame, 69,27% obtiveram uma pontuação entre 25 e 30. Acima de 30 e abaixo de 35, ficaram 21,63% dos concorrentes aprovados. Os candidatos que ficaram com nota superior a 35 e inferior a 40, somaram 7,52% do total dos aprovados. E por último, os que superaram a marca dos 40 pontos, 1,58% ou os cinquenta e um melhores representantes do estado, de 3.218 aprovados.

4.2.26 Sergipe (SE)

No Sergipe, 369 pessoas estiveram presentes na realização do exame. Mas apenas 86 candidatos foram aprovados, o que dá uma taxa de 23,31% de aprovação. Um resultado aquém da média obtida nos outros exames, que foi de 35,83% de aprovação. Distante desse percentual, o estado já conseguiu aprovar 60,74% de candidatos em um exame, que foi o segundo de 2011. Por outro lado, no segundo exame de 2015, o estado registrou apenas 13,67% de aprovados.

Gráfico 28 - Composição do grupo de aprovados de Sergipe, por notas.



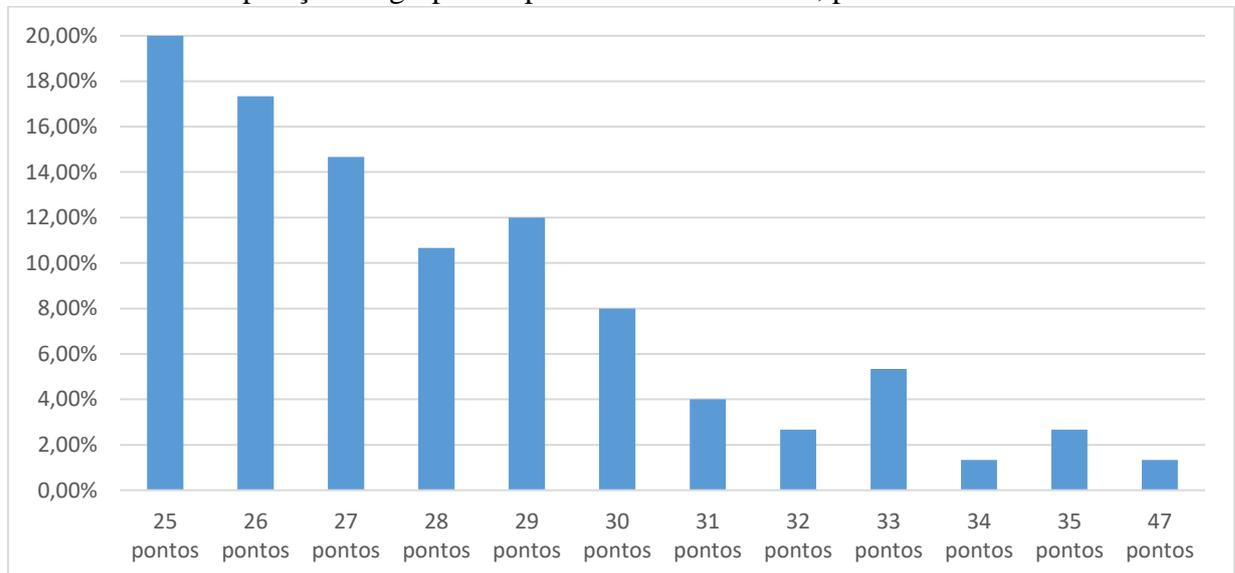
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Dentro desse alto índice de aprovação do exame, é importante saber como se divide esse grupo. A maioria se encontra entre os que tiraram uma nota entre 25 e 30, são 81,40% de aprovados com tais notas. Com o aumento de nota, de 30 a 35, a amostra diminui para 11,63%. Quem obteve nota superior a 35 e inferior a 40, representou 4,65% do estado. E acima dos 40 pontos, 2,33% dos 86 aprovados.

4.2.27 Tocantins (TO)

Em Tocantins, houve 610 candidatos que realizaram o exame de suficiência, dos quais, 75 conseguiram nota de corte suficiente para serem aprovados, resultando em 12,3% de aprovação. Um índice aquém da média geralmente praticada nas outras provas, que foi de 20,83%. O seu auge de aprovação foi 40,19%, no segundo exame de 2011, que também foi o maior índice de aprovação nacional, desde sua implementação do exame por lei. Já a taxa mais baixa foi de 8,72%, no segundo exame de 2015, novamente junto com o pior rendimento nacional.

Gráfico 29 - Composição do grupo de aprovados de Tocantins, por notas.



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

O estado teve mais de quatro quintos de todos os aprovados entre 25 e 30 pontos, em número preciso, foram 82,67%. Acima disso, entre 30 e 35 pontos, o percentual de aprovados ficou em 16%. Não houve nenhum candidato que tirou entre 35 e 40 pontos. Um único candidato pontou acima de 35 pontos somados no exame, o que representa 1,33% do total de aprovados. E esse único candidato foi um dos que obtiveram a maior nota do país, 47 pontos no exame. A diferença pro segundo lugar do estado foi de 12 pontos.

4.2.28 Brasil

Tabela 9 - Quadro nacional dos aprovados no ESC, separado pela pontuação e porcentagem de cada pontuação obtida.

PONTUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
25	2.069	17,45%
26	1.769	14,92%
27	1.457	12,28%
28	1.224	10,32%
29	1.072	9,04%
30	808	6,81%
31	744	6,27%
32	599	5,05%
33	503	4,24%
34	352	2,97%
35	284	2,39%
36	250	2,11%
37	205	1,73%
38	159	1,34%
39	104	0,88%
40	95	0,80%
41	54	0,46%
42	45	0,38%
43	30	0,25%
44	12	0,10%
45	16	0,13%
46	3	0,03%
47	6	0,05%
	11.860	100,00%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Na tabela 10, há o resultado geral nacional dos aprovados no último ESC. A quantidade dos alunos que ficaram com cada pontuação, e a sua relação em porcentagem, com a totalidade nacional. Há uma tendência na queda de quantidade de candidatos, com o aumento da nota. Quanto maior a nota, menor será a concentração da população observada, exceto nas pontuações de 45 e 47, onde houve oscilação, e não uma queda contínua. A maior concentração de aprovados, logo acima da nota de corte, é onde está a maior vulnerabilidade, pois se um determinado exame o nível de dificuldade aumenta, haverá uma grande oscilação no número de aprovados no resultado final.

Tabela 10 - Ordem decrescente dá média geral de aprovação por estado.

Rio Grande do Sul	48,16%
Santa Catarina	47,36%
Rio de Janeiro	46,70%
Paraná	43,36%
Minas Gerais	42,03%
Distrito Federal	41,72%
Espírito Santo	41,55%
São Paulo	41,53%
Ceará	38,69%
Pernambuco	35,85%
Sergipe	35,83%
Paraíba	34,24%
Rio Grande do Norte	32,86%
Bahia	31,03%
Alagoas	28,93%
Piauí	28,85%
Goiás	28,64%
Mato Grosso do Sul	26,77%
Rondônia	24,47%
Mato Grosso	22,89%
Maranhão	22,05%
Amazonas	20,98%
Pará	20,93%
Roraima	20,89%
Tocantins	20,83%
Amapá	19,40%
Acre	15,76%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Na tabela 11, é possível analisar quais estados detêm o maior percentual médio de aprovação, e quais ficam com os piores resultados, em ordem decrescente de aprovação média geral. Os estados do sul e sudeste figuram na parte mais alta da tabela. E na parte inferior, se encontram mais estado do norte e nordeste.

Tabela 11 - Comparação entre os índices de aprovação do primeiro exame de 2017 e a média geral do estado, e a variação em relação as duas.

ESTADO	MÉDIA	1º 2017	VARIAÇÃO
Acre	15,76%	9,61%	60,98%
Alagoas	28,93%	16,99%	58,73%
Amapá	19,40%	15,27%	78,71%
Amazonas	20,98%	14,51%	69,16%
Bahia	31,03%	18,35%	59,14%
Ceará	38,69%	28,14%	72,73%
Distrito Federal	41,72%	29,23%	70,06%
Espírito Santo	41,55%	29,00%	69,80%
Goiás	28,64%	21,20%	74,02%
Maranhão	22,05%	11,95%	54,20%
Mato Grosso	22,89%	11,27%	49,24%
Mato Grosso do Sul	26,77%	15,55%	58,09%
Minas Gerais	42,03%	27,96%	66,52%
Pará	20,93%	12,52%	59,82%
Paraíba	34,24%	24,46%	71,44%
Paraná	43,36%	29,85%	68,84%
Pernambuco	35,85%	21,73%	60,61%
Piauí	28,85%	19,27%	66,79%
Rio de Janeiro	46,70%	34,92%	74,78%
Rio Grande do Norte	32,86%	21,65%	65,89%
Rio Grande do Sul	48,16%	36,40%	75,58%
Rondônia	24,47%	15,39%	62,89%
Roraima	20,89%	14,22%	68,07%
Santa Catarina	47,36%	36,38%	76,82%
São Paulo	41,53%	31,30%	75,37%
Sergipe	35,83%	23,31%	65,06%
Tocantins	20,83%	12,30%	59,05%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Na tabela 12, há uma relação entre a média geral de aprovados no estado, e o seu resultado referente ao primeiro ESC de 2017. A variação indica que, de forma geral, os estados obtiveram um desempenho de aprovação de 50% até 80%, em relação a sua média. Uma queda generalizada no resultado do ESC. Nenhum estado sequer, conseguiu manter a sua média de aprovação, muito menos aumentá-la.

Tabela 12 - Descrição das notas dos candidatos aprovados, por grupo, de cada estado e do Brasil.

Unidade Federativa	25 - 30	30 - 35	35 - 40	Mais de 40
Acre	88,89%	11,11%	0,00%	0,00%
Alagoas	73,56%	19,54%	4,60%	2,30%
Amapá	84,31%	15,69%	0,00%	0,00%
Amazonas	73,65%	22,16%	3,59%	0,60%
Bahia	77,17%	16,89%	5,48%	0,46%
Ceará	70,54%	19,42%	9,15%	0,89%
Distrito Federal	63,90%	23,21%	9,46%	3,44%
Espírito Santo	70,50%	22,99%	6,51%	0,00%
Goiás	75,14%	19,46%	3,78%	1,62%
Maranhão	80,23%	15,70%	4,07%	0,00%
Mato Grosso	79,06%	15,71%	5,24%	0,00%
Mato Grosso do Sul	77,45%	17,65%	2,94%	1,96%
Minas Gerais	68,72%	23,46%	6,54%	1,28%
Pará	82,06%	15,27%	2,67%	0,00%
Paraíba	71,92%	19,21%	7,39%	1,48%
Paraná	69,66%	22,70%	6,87%	0,78%
Pernambuco	70,31%	21,35%	7,03%	1,30%
Piauí	69,19%	20,85%	7,58%	2,37%
Rio de Janeiro	68,63%	22,84%	6,57%	1,96%
Rio Grande do Norte	67,70%	19,47%	9,29%	3,54%
Rio Grande do Sul	70,78%	18,75%	9,16%	1,31%
Rondônia	84,21%	12,87%	2,34%	0,58%
Roraima	77,42%	9,68%	12,90%	0,00%
Santa Catarina	64,76%	24,91%	8,30%	2,03%
São Paulo	69,27%	21,63%	7,52%	1,58%
Sergipe	81,40%	11,63%	4,65%	2,33%
Tocantins	82,67%	16,00%	0,00%	1,33%
Total Brasil	70,82%	20,93%	6,85%	1,40%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Na tabela 13, há o demonstrativo de desempenho dos aprovados por estado, e o resultado nacional. Na primeira coluna, a identificação do estado, e na segunda, o percentual de aprovados que obtiveram notas superiores a 25 e iguais ou inferiores a 30. Na terceira coluna, o percentual de aprovados que pontuaram entre 30 e 35. A quarta coluna segue a mesma lógica, contendo a relação dos que tiveram resultados entre 35 e 40. E na última coluna, os candidatos, no seu número percentual, que superaram a marca dos 40 pontos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados relativos ao desempenho do exame divulgados pela instituição neste ano, detalhando as notas dos candidatos na prova por Estado (UF), referente ao resultado do primeiro exame de 2017. Isso porquê foi o primeiro exame a ter tais informações disponíveis para análise, como por exemplo a nota dos aprovados no exame, separados por estado. Assim é possível fazer a avaliação entre as notas de todos os candidatos, de cada estado, presentes na realização da prova. Sendo assim, observadas as menores, as maiores e a média das notas obtidas em cada unidade federativa.

No exame de suficiência de 2017, do primeiro semestre, todas as taxas de aprovação dos estados foram inferiores às suas médias, dos treze exames já aplicados. Isso significa que todos os estados tiveram suas médias de aprovação reduzidas, após a realização da prova deste ano. Nenhuma média de estado, neste exame, foi superior a média histórica dos exames agregados. A média caiu algo em torno de 10%, nesta etapa, em relação a média das demais. A aprovação nesta prova foi de 25,26%, e a média geral foi de 36,77%. Isso já considerando a baixa na média, com esse resultado, se fosse desconsiderado este último percentual, a diferença seria maior entre a taxa deste ano, e a total.

É possível perceber, através dos dados que umas regiões se sobressaem em relação a outras no ESC. As regiões sul e sudeste dominam as melhores médias de aprovações, enquanto que as regiões norte e nordeste detêm as piores médias. Isso se dá por vários fatores, especialmente pela renda média per capita, melhor formação de docentes no quadro de ensino. De certa forma, a desigualdade socioeconômica influencia e muito a qualidade de ensino e desempenho da educação nacional. Mais um motivo para se buscar reduzir a desigualdade no país, possibilitando assim, chances similares para todos.

Indica-se como sugestão de novas pesquisas, análise mais aprofundada sobre a influência das disciplinas no índice de aprovação do ESC. Esse que foi uma das limitações de pesquisa do trabalho, aborda uma área de suma importância. Procurar um índice de aprovados com a exclusão de cada matéria, sendo avaliado o quanto ela distorce o resultado final do exame. Se com sua exclusão, haveria uma maior ou menor quantidade de aprovados, e quantos estariam inseridos neste novo grupo.

REFERÊNCIAS

BACCI, JOÃO. Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro – Uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica), UniFECAP, São Paulo, 2002.

BEUREN, ILSE MARIA. Como Elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BORGES, VÍTOR ALEIXO DUTRA. Exame de Suficiência Contábil: Uma análise do conteúdo das provas a partir da grade curricular adotada pelas Instituições de Ensino Superior – Brasília, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. **Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905.** Declara instituições de utilidade pública e Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 20.518, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais.

_____. **Decreto nº 9.295, de 27 de maio de 1946.** Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850.** Instituição do Código Comercial Brasileiro.

_____. **Lei n.º 1.401, de 31 de julho de 1951.** Inclui no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais.

_____. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010.** [...] altera os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969 [...]; e dá outras providências.

COELHO, J. M. A. Exame de suficiência: um passo adiante. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 28, n. 117, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Caderno analítico do exame de suficiência: histórico dos resultados/Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2007.

Disponível em:

<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/cad_em_suf.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2017.

_____. Resolução CFC n. 853, de 28 de julho de 1999. Institui o exame de suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC. Disponível em:

<http://www.crc.org.br/legislacao/normas_tec/pdf/normas_tec_rescfc0853_1999.pdf> Acesso em: 11 de outubro de 2017.

_____. Resolução CFC n.º 960, de 30 de abril de 2003. Declara o CFC como órgão competente a dispor sobre o Exame de Suficiência Contábil.

_____. Resolução CFC n.º 1.301, de 17 de setembro de 2010. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

_____. *Revista Brasileira de Contabilidade (RBC): Exame de Suficiência apresenta a radiografia do ensino de Contabilidade no Brasil.* Brasília, Ed. 189, 2011.

BUGARIM, M.C.C; RODRIGUES, L.L.; PINHO, J.C.C.; MACHADO, D.Q. Análise histórica dos resultados do exame de suficiência do conselho federal de contabilidade. *Revista de Contabilidade e Controladoria*. v.6, n.1, p. 121-136, 2014.

COELHO, J. M. A. Exame de suficiência: um passo adiante. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 28, n. 117, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer CFE n. 977, de 03 de dezembro de 1965. Define os cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis.

_____. Resolução CFE s/n, de 08 de fevereiro de 1963. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. _____.

Resolução CFE n. 3, de 05 de outubro de 1992. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Caderno analítico do exame de suficiência: histórico dos resultados. Brasília: CFC, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CNE/CES). Resolução n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

FRANCO, HILÁRIO. A contabilidade na Era da Globalização. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. A criação e a consolidação da FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – em São Paulo – no início do século XX. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Programa e Resumos dos Trabalhos do I Congresso Brasileiro de história da Educação. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História e Educação, 2000, v. 1 p. 178-179.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: 23 de setembro de 2017.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. As faculdades de Ciências Contábeis e a formação do contador. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 15, n. 56, p. 50-56, 1986.

LOPES, A. C. T. A ascensão e queda do exame de suficiência do CFC. Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, 2010.

MARION, J. C.; ROBLES JUNIOR, A. A Busca da Qualidade no Ensino Superior no Brasil. Revista CRC/PR, n. 121, Julho, Curitiba-PR, 1998.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S. M. A disciplina teoria da Contabilidade nos exames de suficiência e provão. Contabilidade Vista & Revista, v. 14, Edição Especial, p. 103-122, 2003.

MEC. Sinopse da educação superior. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superiorcensosuperior-sinopse>.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA BRASILEIRO (MEC). Portaria MEC n. 612, de 12 de abril de 1999. Dispõe sobre a autorização e o reconhecimento de cursos sequenciais de ensino superior.

PELEIAS, IVAM RICARDO; SILVA, GLAUCO PERES DA; SEGRETI, JOÃO BOSCO; CHIROTTO, AMANDA RUSSO, (2007), Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica, Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v, 18, p, 19-32, Junho 2007. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, 2015.

RODRIGUES, ANA T. L.; FRANÇA, JOSÉ ANTONIO DE; BOARIN, JOSÉ JOAQUIN; COELHO, JOSÉ M. A.; CARNEIRO, JUAREZ DOMINGUES; BUGARIN, MARIA C. C.; MORAIS, MARISA L. SCHWABE DE. Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis. Fundação Brasileira de Contabilidade – 2ª edição – revista e atualizada – 2009.

SANTOS, C.A.; GONÇALVES, M.L.; NUNES, R.S.; PINTO, J.S. Um Estudo da Relação do Exame de Suficiência com a Qualidade do Profissional de Contabilidade: percepção dos docentes do Ensino Superior de Ciências Contábeis de Mato Grosso do Sul. In: XIX Congresso Brasileiro de Contabilidade. Anais ... Belém, 2012.

SILVA, MARISE BORBA DE; GRIGOLO, TÂNIA MARIS. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SIMONSEN, Faculdades Integradas. Manual de Estágio Contábeis. Caderno Pedagógico. SIMONSEN, 2013. Disponível em: <<https://www.simonsen.br/manual-estagio-contabeis.pdf>> Acesso em: 17 de agosto de 2017.

SOARES, SANDRO VIEIRA; RICHARTZ, FERNANDO; VOSS, BÁRBARA DE LIMA; FREITAS, CLAUDIO LUIZ. Evolução do currículo de Contabilidade no Brasil desde 1809. Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC – Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 27-42, ago./Nov.. 2011.

TERRES, J.C. Exame de suficiência da profissão contábil: um estudo envolvendo o posicionamento de contabilistas e estudantes do curso de ciências contábeis a respeito de sua aplicabilidade. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Anais ...Florianópolis, 2011.